

S
E
R
V
I
Ç
O
S
O
C
I
A
L

Volume 1
Número 1
Jul./Dez. 1998

Edição Comemorativa
25 Anos do Curso de Serviço Social
Universidade Estadual de Londrina

EM REVISTA

Publicação editada pela Editora da
Universidade Estadual
de Londrina

Publicação semestral do
Departamento de Serviço Social
Centro de Estudos Sociais Aplicados

Reitor

Jackson Proença Testa

Vice-Reitor

Márcio José de Almeida

Conselho Editorial

Leonardo Prota (Presidente)
Ivan Frederico Lupiano Dias
José Eduardo de Siqueira
José Vitor Jankevicius
Lucia Sadayo Takahashi
Mary Stela Müller
Paulo Cesar Boni
Ronaldo Baltar

Comissão Editorial

Maria Clementina Espiler Colito
(Coord.)
Ana Carolina Santini B. de Abreo
Maria Angela Silveira Paulilo

Ficha Catalográfica
Elaborada por *Ilza Almeida de Andrade* CRB 9/882

Serviço Social em Revista / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998)- . – Londrina : Ed. UEL, 1998- .
v. : il. ; 21cm

Semestral

ISSN

1. Serviço social – Periódicos. 2. Serviço social – Estudo e ensino – Periódicos. 3. Serviço social – Pesquisa – Periódicos. 4. Serviço social como profissão – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Serviço social.

CDU 36(05)

SUMÁRIO

25 Anos do Curso de Serviço Social da UEL	07
<i>Jolinda de Moraes Alves</i>	
O que é o Serviço Social? vigência de um “velho problema e desafio para a formação profissional	13
<i>Evaristo Colmán</i>	
Política Social: direito de cidadania?	23
<i>Ednéia Maria Machado</i>	
Individualidade e totalidade como elementos para a reflexão no Serviço Social	43
<i>Márcia Pastor</i>	
O planejamento do estágio em Serviço Social	59
<i>Selma Frossard Costa</i>	
A pesquisa-ação e a prática dos conselhos	69
<i>Vera Lúcia Tieko Suguihiro</i>	
As novas tendências da sociedade contemporânea, e o seu rebatimento no mercado de trabalho do Assistente Social na Região de Londrina	79
<i>Ana Carolina Santini B. de Abreo et al</i>	
Grupo de assistentes sociais da área da saúde de Londrina-Grass: histórico de uma representatividade	93
<i>Maria Lúcia Maximiano Medina et al</i>	
Uma nova dimensão do trabalho do assistente social na área da saúde	99
<i>Gláucia Celestino Reis et al</i>	

Atuação do Serviço Social junto às pessoas vivendocom HIV/AIDS no HURNP	107
<i>Argéria Maria Serraglio Narciso et al</i>	
Lei orgânica da assistência social (LOAS).....	117
<i>Rosa Yoko Okabayashi</i>	
O multirão de limpeza como instrumento de sensibilização para a participação comunitária	121
<i>Alaíde Maria Morita Fernandes da Silva et al</i>	
A ousadia do serviço social no espaço das Ong'S	131
<i>Wagner Roberto do Amaral</i>	

EDITORIAL

A História se reconstrói pela memória, que contribui para pensar e compreender o presente e projetar o futuro.

Nesse momento em que o curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina comemora os seus 25 anos de existência, não poderíamos deixar de literalmente, imprimir nossa marca, apresentando e devolvendo à sociedade um pouco do que estamos sendo capazes de produzir. Por isso, concebemos este primeiro esforço de publicação, como o resultado da motivação de vários profissionais assistentes sociais relatando suas experiências, os resultados de pesquisas e reflexões teóricas que constituem este 1º número da revista, que pretende ser semestral expressando o contexto e o momento atual da profissão e particularmente do nosso curso e região. Como um curso que ao longo de sua história marcou posição política e teórica no contexto regional e nacional, nos preocupava o fato de ainda não termos dado um salto na direção da sistematização das nossas vivências e práticas, assim como do investimento à pesquisa, condição essencial para a excelência de qualquer processo de formação e exercício profissional.

Serviço Social em Revista, surge como um novo desafio e compromisso na virada desses 25 anos de História, buscando ser um instrumento técnico e político de posicionamento do Serviço Social em um momento que põe a prova todas as forças políticas e sociais, na perspectiva da construção de novos paradigmas que assegurem os princípios fundamentais de existência da pessoa humana.

Nossos agradecimentos aos colegas profissionais, ex-alunos e docentes do curso de Serviço Social da UEL, que se dispuseram a ser os primeiros desta nova empreitada e manifestamos nosso orgulho por estamos completando 25 anos do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Colegiado

Chefia de Serviço Social

Márcia Helena Carvalho Lopes

Selma Frossard Costa

Silvia Alapanian Colmán

Marli Gomes

Silvia Maria Solci Andrade

Dione Lolis

25 ANOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL*

Profa. Jolinda de Moraes Alves**

Decorridos 25 anos da criação do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, cabe-nos uma reflexão sobre a sua importância para a Região norte do Paraná.

O curso é atualmente reconhecido por sua qualidade, destacando-se entre os melhores do país (em alguns rankings da imprensa nacional). Partindo de considerações sobre os sujeitos da formação profissional, os alunos, docentes, e profissionais formados por esta Escola, podemos identificar alguns indicadores da importância do curso de serviço social da UEL.

Os nossos ex-alunos tem obtido as primeiras colocações em concursos públicos regionais, estaduais e nacionais, bem como tem sido indicados para os cargos das Secretarias de Assistência Social das Administrações Municipais de Londrina e região. Em eventos e ocasiões (nos estados do Paraná e em São Paulo) em que nos identificamos como docente dessa Escola, não raras vezes temos presenciado elogios aos assistentes sociais formados pela UEL, devido à sua competência técnica e compromisso profissional.

Os assistentes sociais de Londrina têm criado Grupos de Estudos por área de atuação como por exemplo : Grupo de profissionais que atuam na área da Saúde, Grupo de Estudos de Serviço Social Organizacional, Assistentes Sociais que atuam em Instituições que atendem a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, Grupo de profissionais que atuam na área da Assistência Social da Região da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR).

* Conferência de Abertura da Semana Comemorativa dos 25 anos do Curso de Serviço Social da UEL.

** Assistente Social, professora adjunto do Departamento de Serviço Social/UEL. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP, doutorando em História pela UNESP Campus de Assis-SP.

O corpo docente, em constante busca de capacitação continuada, na sua maioria composto por mestres e já com um número considerável de doutores e doutorandos, tem se sobressaído em eventos de ensino, pesquisa e extensão de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional. Tem ainda ministrado Cursos, Conferências e aulas em Cursos de Pós-graduação e Assessorias Técnicas na região e em outros estados.

Os alunos demonstraram sua capacidade de participação ativa e organização desde o início criando o “BISS” Boletim Informativo de Serviço Social no ano de 1978. Em Outubro desse mesmo ano, sediaram em Londrina, o Iº ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Por ocasião do processo da primeira reformulação curricular do Serviço Social da UEL, integraram comissões paritárias (docentes e alunos) para a discussão, proposição e aprovação das reformulações curriculares necessárias. De lá para cá, às vezes mais, às vezes menos organizados, tem marcado sua presença em encontros nacionais e estaduais de estudantes. A prática dos Estágios tem colocado nossos alunos em contato com as mais diferenciadas experiências profissionais junto a instituições públicas e privadas, inclusive através de seu envolvimento direto em projetos interdisciplinares de Extensão Universitária que propiciem tais experiências. Além disso, tem aumentado gradativamente a participação de alunos em pesquisas como bolsistas do Programa de Iniciação Científica do MEC. Nos últimos anos os alunos tiveram uma oportunidade pioneira no país, de participar de um projeto de Ensino intitulado “Serviço Social na Rede”, colocando-os em contato com todas as escolas e profissionais de Serviço Social do País, além da realização da primeira teleconferência da UEL, em conjunto com a PUC de São Paulo.

O Departamento de Serviço Social é reconhecido na UEL por sua natureza extensionista, coordenando e desenvolvendo projetos em várias áreas: extensão rural, saúde (gestantes, hipertensos, portadores de HIV), educação, assistência, organizacional, comunitária, prisional, envolvendo diferentes segmentos da população (Idosos, Crianças, Adolescentes, Mulheres, Portadores de Deficiência, Presos, Egressos, Trabalhadores, Desempregados). Os docentes e alunos sempre

estiveram envolvidos nos debates sobre estas questões fortalecendo a posição regional perante a estrutura do Estado do Paraná. A pesquisa também tem lugar de destaque, principalmente na Região da AMEPAR sobre as temáticas da Criança e do Adolescente e da Assistência Social (implementação do ECA e da LOAS), além de outros temas como o Meio Ambiente, a Previdência Social, a Formação Profissional.

O Curso de Serviço Social da UEL sempre se pautou em oferecer uma formação curricular articulada à realidade e ao movimento nacional de formação profissional em cada momento histórico. No período compreendido entre 1992 e 1993, a UEL sediou a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e realizou em Londrina, em 1993, a Convenção Nacional.

Na conjuntura de 1970, década do “milagre econômico” na qual foi implantado o Curso, configurava-se uma abertura política, a erosão dos movimentos sociais, a implantação da proposta do Desenvolvimento de Comunidade patrocinado pela ONU e a formação profissional pautou-se nos métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade

Já o Currículo dos anos 80, voltou a formação profissional para a crítica ao modelo econômico e político implantado no país, configurando o perfil profissional na delimitação da competência técnica, teórica e política, bem como o espaço de especificidade do Serviço Social, tendo como eixo central a Teoria e a Metodologia.

A conjuntura dos anos 90, marcada pelas contradições da proposta liberal da Constituição de 88, que defende os direitos de cidadania e a primazia do Estado no gerenciamento do bem Estar e da justiça social, em contraposição com o neoliberalismo, a era da globalização, crise mundial dos empregos e privatização dos serviços sociais e enxugamento do Estado, trouxe muitos questionamentos ao processo de revisão curricular. A configuração da “Questão Social” no Brasil, passa a ser o eixo da formação e a metodologia do Serviço Social centrada nas suas formas de enfrentamento.

A UEL sempre se fez presente nos debates nacionais e regionais sobre a formação profissional com opção para uma

formação articulada às demandas locais e regionais. Desta forma foi opção constante a proposição de um curso presente na investigação e intervenção regional.

Atualmente o curso encontra-se diante da necessidade de nova mudança curricular. Devemos nos questionar sobre o nosso papel diante da conjuntura atual – crise cíclica do capitalismo mundial, globalização da economia, privatização e cortes nos gastos públicos, desemprego e arrocho salarial, abertura comercial ao capital externo e reforma no sistema de proteção social. A orientação neo-liberal desorganiza, dilui as organizações de trabalhadores e aumenta as desigualdades sociais pelo processo de concentração de renda.

Questionamo-nos, então, quais são as atuais demandas colocadas à formação profissional.

Muitas vezes presenciamos as revistas de maior circulação publicarem artigos clamando por profissionais do BEM, como que reclamando a volta à filantropia. A posição do Estado Nacional não é diferente, conclamando os brasileiros à prática da solidariedade.

Será que o Serviço Social perdeu seu papel na divisão sócio-técnica do trabalho? Alguns começam a sinalizar para o fim desta e de outras profissões.

Mas até que ponto estas posições tem um fundo apenas especulativo? É possível prever o futuro a partir dos dados emergentes? Quais as nossas opções?

Assumir a retórica da pós-modernidade, da crise incontrolável dos paradigmas, das profissões, dos empregos, ficando restritos à relação com o FUTURO é certamente mais fácil do que reagir à complexidade do momento PRESENTE, demonstrando compromisso com a realidade, tendo a crítica como uma constante que leve a uma reconstrução histórica, enfrentando essa nova realidade tentando alterar os rumos da lógica da globalização.

De que globalização estamos falando? A globalização de fato tem ocorrido apenas em dois grandes setores – o financeiro e o das comunicações. E as demais relações econômicas, sociais e políticas? Vivemos o “paradigma das incertezas”. Há, portanto,

o PERIGO do conformismo que aprofunda a dependência. Mas as incertezas, naturais de toda crise, podem e devem ser canalizadas para a o enfrentamento e a superação das questões polêmicas e o atendimento às demandas postas, deixando de lado a visão isolada da profissão para perceber o necessário trabalho conectado e interprofissional.

Quais seriam nesta lógica, os caminhos da formação profissional?

É fundamental conhecer e enfrentar as novas demandas. A academia não pode ser uma ilha. Para isto as nossas pesquisas devem produzir conhecimentos necessários e atuais; a extensão de qualidade deve produzir resultados concretos, cada vez mais na perspectiva interdisciplinar; a graduação deve evidenciar a qualidade na medida em que se insere com competência na realidade.

É preciso visualizar as configurações do mercado de trabalho atual. Hoje o mercado já não está tão compartimentalizado e corporativista. Não se pode restringir apenas à questão do emprego (que de fato está em declínio).

O assistente social deve estar preparado para o gerenciamento das políticas públicas com a tônica da participação. Há necessidade de formar indivíduos mais preparados para enfrentar uma sociedade mais complexa que exige um conhecimento mais abrangente. Preparar indivíduos na perspectiva ética e política, que no âmbito da profissão produzam resultados concretos e eficientes, na busca da interdisciplinariedade e universalidade do conhecimento e da ação.

Deixemos aqui este desafio, no sentido de que o curso possa manter a sua importância regional. Talvez a metodologia adequada, que possa melhor contribuir para a construção desse tipo de formação seja a metodologia do PBL – Aprendizagem Centrada em Problemas. Acreditamos que ela conduza à formação para o desenvolvimento da crítica e do compromisso com a realidade. Somente através do envolvimento dos sujeitos da formação profissional - alunos, docentes e profissionais da área é que se poderá construir uma formação que dê conta de tarefas tão complexas.

O QUE É O SERVIÇO SOCIAL? VIGÊNCIA DE UM “VELHO” PROBLEMA E DESAFIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evaristo Colmán*

Um trabalho de Carlos Montañó, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, recentemente veiculado pela internet chamou nossa atenção, não tanto pela novidade do posicionamento, mas pela contundência com que o apresenta. Trata-se do artigo “Buscando la ‘Especificidad’ Prometida. El ‘*endogenismo*’ del Servicio Social”¹.

Neste artigo, o autor arremete contra todas as tentativas feitas por assistentes sociais no sentido de determinar a especificidade da profissão.

Sob a forma de “especificidade” os assistentes sociais vem tentando responder à questão “O que é o Serviço Social?” Esta questão por vezes aparece sob a forma de “identidade” ou “concepção” mas, a rigor tenta-se responder à mesma pergunta.

As idéias de Montañó não constituem um posicionamento isolado. Autores importantes como José Paulo Netto e Marilda Vilela, partilham em geral do mesmo ponto de vista, embora não façam desta recusa o centro de suas formulações.

Gostaríamos de levantar neste artigo, algumas preocupações que a irrupção deste tema coloca para a formação profissional. Mais especificamente: deve a escola se preocupar em definir o que é o Serviço Social? Qual a relevância que uma resposta [qualquer uma] a esta questão tem para a formação profissional?

* Assistente Social, Professor Assistente do Departamento de Serviço Social/UEL. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP, doutorando em História pela UNESP Campus de Assis/SP.

¹ Artigo distribuído pelo Projeto Serviço Social na Rede do Depto. de Serviço Social da UEL. Endereço: www.sercomtel.com.br/colman/documen.htm

Tem o Serviço Social uma especificidade?

A negação da especificidade do Serviço Social ou reconhecimento dele enquanto um tema válido, é uma postura relativamente recente. Data do final da década de setenta. Até então, nos diversos meios profissionais, aceitava-se, como premissa, que o Serviço Social era uma disciplina profissional com alguma especificidade. Divergia-se quanto aos atributos desta especificidade mas não da premissa geral.

A rejeição da especificidade ocorreu no movimento de negação das bases funcionalistas do chamado Serviço Social tradicional e a ela foi sumariamente identificada. É o que se depreende, por exemplo, da peremptória afirmação que Marilda Vilela fórmula em 1982

Por outro lado, reduzir a análise dos elementos constitutivos 'internos' – que, supostamente, peculiarizam à profissão um perfil específico: seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas de atuação, etc. – significa extrair, artificialmente o Serviço Social das condições e relações sociais que lhe dão inteligibilidade... (Iamamoto, 1982, p. 15).

Certamente que “reduzir” a análise àqueles elementos implicaria numa desistoricização. Entretanto, a autora não se limita apenas a evitar esta armadilha, mas questiona sutilmente a validade de toda “peculiarização” [que na época se fazia pelo recurso de se definir objeto, objetivos, procedimentos, etc.], daí o sentido do advérbio *supostamente*... A partir dessa época o foco das reflexões teóricas sobre a profissão incidirá cada vez mais sobre o significado social da profissão [a quem serve o Serviço Social?] e cada vez menos sobre a especificidade [o que é o Serviço Social?].

Mais recentemente, José Paulo Netto, apresentando o livro de Ana Elizabete Mota afirmou:

Nos últimos anos, na produção intelectual do Serviço Social, vem se afirmando um movimento significativo: o surgimento de elaborações que, rompendo definitivamente com as velhas

preocupações acerca da “especificidade profissional”, priorizam a construção de conhecimentos sobre objetos da ação do assistente social. (Netto in Mota, 1995)

Especificidade profissional com aspas e, ainda caracterizada sucintamente de “velha” preocupação, não no sentido de antiga, mas de ultrapassada, principalmente se contraposta às “novas” construções que rompem definitivamente com aquelas. O posicionamento de Montaño, como se vê, não é isolado.

Vejam algumas das objeções à especificidade.

A primeira que merece uma reflexão é aquela da própria Marilda Vilela, já anteriormente referida. Segundo a autora, “...reduzir a análise aos elementos constitutivos ‘internos’...significa extrair, artificialmente, o Serviço Social das condições e relações sociais que lhe dão inteligibilidade..” as relações capitalistas de produção.

É certo que limitar-se à análise dos elementos constitutivos significa mutilar a compreensão da profissão. Porém, a determinação da especificidade, ou melhor, da natureza² do Serviço Social, não significa obrigatoriamente cair no equívoco denunciado pela autora. Definir a especificidade pela via de definir objeto, objetivos, métodos e técnicas, etc. é uma das possibilidades, apenas.

² Num trabalho anterior, na minha dissertação de mestrado abordei lateralmente esta questão da ambigüidade terminológica para definir a natureza do Serviço Social. Um primeiro passo que se impõe é definir o porquê da escolha de “NATUREZA” como conceito que dá conta desta questão. Por que não utilizar “especificidade”, “identidade”, “concepção” ou outro já utilizado pelos diversos autores que trataram do assunto?”

Nesse sentido, parece-nos que “natureza” é o conceito mais abrangente para exprimir a essência. Quer dizer, não exclui mas contém a identidade e a especificidade.

Este cuidado se justifica pela necessidade de se evitar cair na armadilha semântica de opor um conceito a outro e de escolher o “melhor”, excluindo o menos adequado. Os diversos esforços e aproximações já realizados até agora pelos profissionais que tentaram dar conta deste problema refletem o estágio alcançado

Além disso, a definição da natureza —ou responder à *questão O que é o Serviço Social?*— não implica necessariamente extrair o Serviço Social “...artificialmente... das condições e relações sociais que lhe dão inteligibilidade...”, pelo contrário, só é possível responder satisfatoriamente a esta questão se as suas determinações históricas forem devidamente reproduzidas. De outra parte, uma representação acertada do significado histórico da profissão, exige que se delimite qual a natureza dela, do contrário, a imprecisão com que é tratada, pode se prestar a interpretações arbitrárias, restando-lhe concretude.

O que sim parece artificial aqui, é a oposição que se faz entre a determinação da especificidade e o significado social da profissão. Primeiro se identifica a preocupação pela especificidade – aqui

Na apropriação por parte da profissão da sua própria natureza, e devem ser devidamente valorizados. De outro lado, temos a suspeita de que se fossemos examinar a fundo cada conceito já empregado, haveria grande chance de chegarmos à conclusão de que se lhes atribuiu o mesmo significado; o de exprimir a natureza.

A compreensão de que a natureza contém a identidade e a especificidade pode ser verificada num exame sucinto do alcance de cada um desses termos. “Identidade” expressa a delimitação das características pelas quais é percebida ou identificada a coisa ou fenômeno, implica sempre contraste e, claro, é componente da essência mas não esgota o conteúdo do ser. Já a “especificidade” implica os caracteres exclusivos, também atributo da natureza porém não exaustivo nem essencial. Além disso a especificidade é uma relação impossível de ser esgotada, sempre haverá uma nova característica exclusiva de um determinado ser em face dos novos fenômenos e coisas que incessantemente aparecem e das quais se distingue. A natureza ao contrário, no sentido de essência que estamos aqui empregando, diz respeito a aquilo que “permanece na mudança” segundo uma feliz expressão de Lukács. Já a idéia de “Concepção” contém o significado de conceber, de formular até, mas guarda uma certa ambigüidade porque está associado à idéia de “ponto de vista” de “opinião” e a natureza implica necessariamente o reconhecimento da objetividade daquilo que quer se apreender.

O conceito que nos parece mais adequado para dar conta da questão posta “O QUE É O SERVIÇO SOCIAL?”, é o de natureza, entendida, é claro, como sinônimo de essência. Em reforço da propriedade desta categoria, pode se afirmar que, mesmo guardando um inequívoco significado filosófico, ele é também apropriado pela linguagem mais corrente das ciências sociais e até da comunicação de massas. (Colmán, 1994:14)

apresentada como sendo redução à análise dos elementos constitutivos 'internos' - com uma postura funcionalista ou positivista. A seguir, expurga-se do universo das preocupações válidas.

Uma outra corrente de objeções à legitimidade da preocupação com a especificidade³ pode ser aferida no comentário de Montañó (1998):

Efectivamente, uno de los temas, casi obsesivo, preferidos en los debates de los asistentes sociales está vinculado a la *búsqueda de su "especificidad"*, de su diferencia con las restantes disciplinas sociales, de su estatuto teórico. Parecería que sin un "saber específico", sin un "campo específico de intervención", sin "sujetos propios", sin "métodos y técnicas específicas", sin "objetivos exclusivos", la profesión, por un lado, no tendría motivo de existir y/o, por otro lado, ella quedaría extremadamente vulnerable e indefensa frente a las restantes profesiones que eventualmente compartan estas características.

Neste caso o procedimento criticado consiste na atribuição de especificidade pela via da construção de um suposto estatuto teórico. Esta é uma relação abordada por José Paulo Netto num outro contexto. Ao criticar a explicação mais popular da emergência do Serviço Social, ele menciona uma de suas características: "...a legitimação profissional é localizada no embasamento teórico" (NETTO, 1992, p. 66). A seguir Netto desenvolve sua argumentação, demonstrando a insuficiência desta vertente para explicar o surgimento e afirmação da profissão.

Na utilização deste raciocínio⁴ para negar a especificidade, o procedimento é o seguinte: se vincula a especificidade a um estatuto teórico; como este estatuto teórico não pode a rigor ser construído, logo, qualquer pretensão de determinar a especificidade está condenada ao fracasso, *como se queria demonstrar*.

³ Estamos utilizando *especificidade* para poder acompanhar o raciocínio dos críticos, mas continuamos entendendo que sob este rótulo coloca-se a questão da *natureza*.

⁴ E Montañó reivindica a autoridade de José Paulo Netto em apoio de sua crítica, pois neste parágrafo introduz uma longa nota de rodapé referenciando este autor e este raciocínio.

Do fato do Serviço Social não poder aspirar a um estatuto teórico, não se depreende que não possua um objeto e – não digamos métodos, mas – modalidades operativas que lhe sejam exclusivas. Em síntese, alguns atributos que nos permitam definir porque esta profissão é ela. O defeito da argumentação consiste em se utilizar uma premissa verdadeira “impossibilidade de construir um estatuto teórico”, para se chegar a uma conclusão equivocada “o Serviço Social não tem especificidade” devido ao fato de se fazer uma vinculação artificial entre estatuto teórico e especificidade. Se o que se pretendia era criticar a inaptidão do argumento dos que buscam construir a especificidade por este recurso, estaríamos plenamente de acordo. Mas não se pode concordar no aproveitamento desta inaptidão para desprezar toda busca de especificidade.

A objeção mais contundente, entretanto é formulada pelo próprio Montañó no artigo examinado. Trata-se da afirmação de que não há especificidade nos objetos de estudo e intervenção para nenhuma profissão da área social, e o Serviço Social, estaria nesse grupo. Esta falta de especificidade decorreria da natureza do objeto “o social”, irreduzível como se sabe, a fragmentos, a não ser que queiramos cair novamente nas velhas posturas positivistas.

O exame desta objeção não será feito aqui porque a apreciação de todos os seus pressupostos nos desviaria do objetivo deste artigo. Mas precisamos assinalar que ela é problemática. Vejamos esta passagem do artigo do Montañó.

El asistente social es un profesional que, partiendo de conocimientos históricos, sociológicos, económicos, estadísticos, demográficos, psicológicos, jurídicos, antropológicos, de administración etc., tiene como campo de acción (teórico y/o práctico) la “*cuestión social*” en sus diversas manifestaciones, interviniendo, cuando es el caso, fundamentalmente a través de un instrumento peculiar: la política social. De esta forma, comparten el campo de investigación con otros profesionales: sociólogos, terapeutas familiares, educadores, psicólogos sociales, economistas etc.; cada uno de ellos interviniendo (interdisciplinariamente o no) en función de su cualificación y de sus aptitudes. (Montano, 1998)

Quer dizer, o campo da investigação comparte com outros profissionais, mas a intervenção é exclusiva, e se dá em função das respectivas qualificações e aptidões. Mas esse era todo o problema antes de acabar com a especificidade! Determinar afinal quais as qualificações e aptidões que peculiarizam cada profissão.

Eppur, si muove!

As considerações anteriores não pretendem exaurir as variadas tentativas de expurgar a discussão sobre a especificidade ou natureza do Serviço Social do reino dos temas válidos e respeitáveis, mas apenas indicar que se trata de uma postura predominante nos meios acadêmicos e na literatura mais recente.

Porque então levantar mais uma vez esta “velha” questão?

Além de qualquer outra consideração, pelo fato de estarmos inseridos no sistema escolar, responsáveis portanto, pela formação de assistentes sociais. Quer dizer, treinando e capacitando os futuros profissionais. É o que se espera de nós.

No conturbado cenário de fim de século que nos toca viver convivemos com intensas mudanças na organização dos processos de trabalho. Alguns deles afetam diretamente a nossa profissão. Muitas empresas, por exemplo, tem abolido o cargo de assistente social, e os nossos colegas, para permanecer empregados, assumem outras funções e/ou cargos não delimitados pela formação profissional. Nos sistemas públicos de serviços sociais também se processam mudanças semelhantes, criam-se novas funções onde os assistentes sociais se enquadram e extinguem-se espaços que foram tradicionalmente ocupados por eles. Por outra parte, algumas novas modalidades de organização estatal tem demandado o concurso de assistentes sociais.

A aplicação das novas tecnologias aos processos de trabalho também redesenham espaços ocupacionais, abolindo funções e ampliando atribuições dos trabalhadores. As fronteiras profissionais de fato são questionadas no dia-a-dia das organizações e instituições. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se refinadas tecnologias de “reengenharia”, “qualidade total”, e diversas estratégias com as que o capital em crise tenta amenizar a queda

tendencial da taxa de lucro. Exige-se de todo trabalhador um nível de produtividade em que ele mesmo tem que se tornar seu próprio capataz.

Por mais arguta que seja nossa percepção das mudanças no “mundo do trabalho”, não será completa – enquanto cenário onde o futuro assistente social irá desempenhar sua profissão – se não contemplar uma clara definição **do que** é essa profissão e para onde está caminhando. E sem este norte, a formação de assistentes sociais terá raízes muito frágeis. E neste ponto, a atenção do sistema escolar (as faculdades e universidades) para o problema da natureza torna-se um elemento de sobrevivência, pois se não produzir as qualificações demandadas pelo mercado, a escola corre o risco de ser substituída por outro sistema ou, no limite, a profissão reduzir seus espaços e as escolas também.

Mas há também outras razões para se levantar de novo esta “velha” discussão.

A experiência predominante dos assistentes sociais, daqueles que estão empregados nas diversas agências e instituições no Brasil, tem sido dura. Cotidianamente eles enfrentam a luta pela afirmação do espaço profissional como forma de garantir sua própria reprodução, sua sobrevivência. Esta é uma circunstância prática na qual o profissional depende do seu desempenho para continuar empregado, desempenho este aferido hoje de acordo aos padrões das novas tecnologias de extração de mais trabalho. A continuidade desse desempenho, implica muitas vezes a disputa de espaços com outros profissionais que também sofrem as mesmas pressões.

Para estes profissionais deve ser difícil compreender por que Montaño os chama de paranóicos

Así, la necesidad de establecer esa tal “especificidad” es procurada casi obsesivamente debido a la creencia de que en ella recae la razón de ser de la profesión, su *legitimidad* (ver capítulo I, 2.1), pudiéndose también observar ornamentos que podríamos llamar de paranoicos por estar ligada a la necesidad de cerrar las fronteras a los profesionales de afuera, cayendo en un “*endogenismo*” (Montano, 1998).

pois, de alguma forma, fechar as fronteiras para os de fora é uma condição para seguir empregados. Para permitir-se a magnanimidade proposta por Montaño é preciso que o profissional tenha resolvido previamente os problemas de sua própria reprodução (seu emprego), condição rara no meio profissional mas freqüente na academia.

Para o assistente social que disputa seu espaço no mercado, a definição da natureza do Serviço Social não é uma necessidade especulativa, é prática. A não definição da mesma, é um obstáculo para seu desempenho.

Estabelecer o que é o Serviço Social, entretanto, não é uma tarefa resolvida. As formulações construídas até hoje, não conseguiram dar conta dela. Neste espaço, trata-se apenas de tentar afirmar a vigência desta tarefa. A sua solução, implica um processo de investigação exaustivo, que, a partir das manifestações empíricas, levante as mais características modalidades do exercício profissional e sobre esta base material, absolutamente objetiva, estabeleça os liames e mediações que determinam a natureza dela.

Na solução desta tarefa, compete às escolas um papel fundamental. Ela possui quadros capacitados para se debruçar sobre esta problemática. Muitas universidades tem recursos para se dedicar à pesquisa, mas, principalmente, a escola tem uma responsabilidade na elucidação deste problema, pois dele depende a continuidade e desenvolvimento desta profissão na sociedade contemporânea.

No limite, o que está colocado para as escolas, é que se pretende ser um centro formador de profissionais, e não apenas um sistema mais ou menos burocrático de distribuição de diplomas, deve ela resolver esta questão: *O que é o Serviço Social?* Somente a partir disto poderá ela, não apenas capacitar os futuros profissionais, mas, influenciar nos rumos da profissão. Se pelo contrário, continuar desprezando este problema, perderá influência e reforçará o sentimento que muita gente já manifesta, o de que quem forma o assistente social é na verdade o mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLMÁN, Evaristo. *Aproximação à Natureza do Serviço Social: Exame das proposições de três autores brasileiros acerca da natureza do Serviço Social*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo : Cortez, 1982.

MONTAÑO, Carlos E. *Buscando la "Especificidad" Prometida. El "endogenismo" del Servicio Social*. www.sercomtel.com.br/colman/documen.htm, 1998.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1992.

POLÍTICA SOCIAL: direito de cidadania?*

Ednéia Maria Machado

A política social, como uma política estatal, vem ganhando relevância nas formações econômico-sociais capitalistas. Esta relevância, que se mostra no amplo debate que envolve os mais diferentes segmentos – sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais, pesquisadores, tecnocratas, empresários, governo, etc. –, tem sua justificativa em dois conjuntos de questões:

a) econômicas: a crise fiscal-financeira que tem exigido a reforma do Estado e levado a uma reavaliação de todas as suas políticas.

Do lado da estrutura organizativa estatal, a política social tem sofrido significativos cortes orçamentários e programáticos;

b) políticas: a tensão existente entre as necessidades econômicas do capital e as necessidades sociais da população, colocando em discussão a função do Estado no atendimento à questão social:

“Para colocar nos termos de Castel (1995), a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação” (Teles, 1996 : p. 85). O que se busca, em última análise, é compatibilizar as necessidades do capital – de valorização, acumulação e concentração – e as necessidades da população – de atendimento às suas necessidades básicas, sociais e pessoais.

* Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UEL, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP.

A questão de fundo é se a ordem capitalista consegue realizar esta compatibilização. E, aí, encontramos duas respostas polares: sim e não. Mas encontramos, também, no âmbito destas duas respostas, diferentes análises e alternativas. O que está se construindo são paradigmas de análise da política social que possibilitem dar sustentação teórico-metodológica à sua existência, avaliar suas possibilidades e limites, criar e recriar respostas à questão social. Dentre os paradigmas em discussão, vem ganhando significativo espaço o paradigma da cidadania. O que significa ser cidadão?

1. O cidadão no pensamento clássico: o homem renuncia a seu poder *“Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações”* (Thomas Hobbes)

Os teóricos clássicos (séc. XVII e XVIII), ao fundamentarem-se em uma análise da natureza humana, do comportamento dos indivíduos e das relações que os indivíduos estabeleciam entre si, concluíram que os homens são movidos a paixões, numa busca insaciável de vantagens materiais que os colocariam uns contra os outros, resultando no controle dessas paixões. O poder não reside no homem, ou, pelo menos, não se origina no homem, ele vem de Deus, da vontade divina, que é a base de todos os direitos. Mas o homem é o depositário de todo o poder político.

Com base nessas concepções, os filósofos da doutrina clássica, desenvolveram diversas concepções sobre o homem e a necessidade de um Estado para controlá-los e atender o bem-comum. Assim é que para Thomas Hobbes, o homem vive em conflito entre o seu estado de natureza – entendido enquanto a liberdade individual e o poder de tomar suas próprias decisões, obedecendo unicamente seus juízos e razão; e a consequências imediata de tal comportamento: a violência, a guerra e a morte. Ele desenvolve cinco explicações racionais para o comportamento do homem:

Primeiro, que os homens estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade [...] Segundo, ... o homem só encontra felicidade na comparação com outros homens, e só pode tirar prazer do que é eminente. [...] Terceiro, ... entre os homens são em grande número os que se julgam mais sábios, e mais capacitados que os outros para o exercício do poder público. E esses esforçam-se por empreender reformas e inovações, uns de uma maneira e outros doutra, acabando assim por levar o país à desordem e à guerra civil. Quarto, ... arte das palavras mediante a qual alguns homens são capazes de apresentar aos outros o que é bom sob a aparência do mal, e o que é mau sob a aparência do bem; ou então aumentando ou diminuindo a importância visível do bem ou do mal, semeando o descontentamento entre os homens e perturbando a seu belo prazer a paz em que os outros vivem. Quinto, ... o homem é tanto mais implicativo quanto mais satisfeito se sente, pois é neste caso que tende mais para exibir sua sabedoria e para controlar as ações dos que governam o Estado (1983).

Mas o homem não está satisfeito consigo e com a permanente tensão em que vive, querendo sair desta situação. E Hobbes aponta a solução: renunciar ao poder individual em favor de um soberano, pois é melhor viver em sujeição do que morrer na guerra.

Hobbes é acompanhado por Locke em alguns aspectos do seu pensamento. Locke entende que a condição política original do homem é o “estado de natureza”, onde o homem vive em perfeita liberdade, é dono de si e autor de seus direitos. Todos os homens são iguais no “estado de natureza”, mas ele pode degenerar em guerra se um homem tentar submeter outro homem a seu poder. A solução apresentada por Locke é diferente da de Hobbes, ainda que também pressuponha que os homens devem entregar seu poder a outrem, que pode ser representado por um único homem ou por vários homens, mas que devem agir pela vontade da maioria e com o consentimento dos homens:

“Sendo todos os homens, como dissemos, por natureza, livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de suas terras e submetido ao poder político de um outro **sem dar consentimento** ... Quando qualquer número de homens, pelo consentimento de cada indivíduo, constituíram uma **comunidade**, fizeram dessa **comunidade**, por isso mesmo, um só corpo, com o poder de agir como um só corpo, isto é, somente pela vontade e determinação da maioria” (in Chauí, 1985 p. 254-256).

O fato de os homens transferirem para outros o seu poder, não significa perder a liberdade que possuía no estado de natureza mas “Esta seria ainda uma liberdade tão grande quanto a que possuía antes do pacto, ou que qualquer outro possui no estado de natureza onde pode submeter-se e consentir a quaisquer atos que julgar convenientes” (in Chauí, 1985, p. 254-256). Locke prevê a necessidade de um corpo de leis, regulador das relações entre os homens e do poder dos homens. Em Locke aparece a preocupação com a preservação da propriedade, de onde ele entende que “... os indivíduos que têm direitos políticos são todos proprietários, um grupo relativamente homogêneo”. Para ele, a desigualdade entre os homens reside no estado de natureza, e a sociedade civil é o contraponto necessário contra a desigualdade e, “a posse da propriedade é a base de uma sociedade civil justa e eqüitativa”. Assim é que, para Locke, as mulheres e os trabalhadores assalariados não detêm poder político.

Se para Locke é a propriedade que garante uma sociedade justa, para Rousseau ela é a causa de toda a desigualdade, de toda a corrupção. Rousseau considera que o Estado foi criado pelo rico para se manter enquanto classe dominante, e os homens, vítimas de sua ignorância, entregaram ao Estado a sua liberdade e aceitaram a sociedade civil. Rousseau elabora o Contrato Social, que, para ele, é a solução para o problema fundamental de

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (in Chauí, 256/258).

Defendendo que o poder reside no povo, “que renunciou à sua liberdade em favor do Estado e este, por sua vez, é a **vontade geral**”, entende que “o poder do Estado reside na cidadania e somente na cidadania, porém nem todos os cidadãos são iguais”. Como alternativa à desigualdade, e como uma possibilidade de igualdade entre os homens, Rousseau afirma:

“Enfim, cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde, e maior força para conserva o que se tem”, e continua, “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo”.

Mesmo tendo considerado que a propriedade era a origem da desigualdade, Rousseau a defende e a considera como “o mais sagrado de todos os direitos dos cidadão, e mais importante, em certos aspectos, que a própria liberdade”. Na doutrina clássica, portanto, o homem apresenta-se em um estado de plena liberdade e plenos poderes sobre si, seus desejos, suas paixões. Mas, por outro lado, o homem não tem condições de, por si só, fazer bom uso desse “estado de natureza”, devendo, assim, renunciar a ele, transferir para outrem os seus poderes, se submeter ao Estado, como forma de preservar a sua vida, a propriedade e o bem-comum. E os filósofos oferecem diferentes formas de controlar o poder do homem, visto que ele só pode ser usado para a guerra e para a sujeição de outros homens, se não for submetido a um controle superior.

Essas formas correspondem a uma resposta de como organizar a sociedade, que tipo de Estado melhor corresponderia às necessidades humanas. Se para Hobbes e Locke o poder dos homens deve ser transferido a um soberano ou a um grupo de indivíduos, para Rousseau o poder permanece nos cidadãos, ainda que nem todos sejam cidadãos, e o Estado nada mais faz do que exprimir a vontade geral. Outra preocupação significativa desses

filósofos é a preservação e a defesa da propriedade, que também representa a base da doutrina liberal. É tendo por base esses pensadores que se desenvolve a Teoria do Estado Liberal.

2. O cidadão na teoria liberal: a cidadania pela propriedade “A cidadania conceptualizada pela teoria liberal é impensável sem a propriedade” (Netto, 1986). Os teóricos citados no item anterior fazem parte da tradição liberal, numa perspectiva clássica; ressaltando-se Rousseau, que não faz parte da tradição liberal. A teoria liberal apresenta outros desenvolvimentos, mas baseando-se, fundamentalmente, nos direitos individuais, na ação do Estado, na defesa e preservação da propriedade privada e do livre mercado. Portanto, não é possível entender a teoria liberal como uma teoria linear. Macpherson (1978), ao analisar a teoria liberal constrói e utiliza modelos que mostram o desenvolvimento dessa teoria, e de como ela vai se conformando social e historicamente. Entretanto, a concepção de cidadão, ainda que nuançada por conjunturas sócio-históricas específicas é, sempre, parametrada pela ordem burguesa, pelo modo de produção capitalista. É a teoria liberal que funda a idéia do cidadão. E o cidadão é o indivíduo com direitos políticos legitimados, e que são legitimados pela propriedade. Em outras palavras, é a propriedade que garante o *status* de cidadão.

Macpherson, (1978), desenvolve quatro modelos de análise da teoria liberal:

Modelo 1 - A Democracia Protetora, cujos teóricos representativos são Bentham e James Mill;

Modelo 2 - Democracia Desenvolvimentista, a partir das idéias de John Stuart Mill;

Modelo 3 - Democracia de Equilíbrio, baseada nas idéias de Joseph Schumpeter; e,

Modelo 4 - Democracia Participativa, que se desenvolve a partir da década de 60.

Destacamos, a seguir, as idéias desses teóricos que desenvolveram a teoria liberal, incluindo, entre eles, Adam Smith

que, segundo Carnoy (1986), representa um dos pensamentos de base da teoria liberal. **Adam Smith:** ele mantém a idéia de que o homem é marcado pelo individualismo, e sua justificativa para esse comportamento reside numa fundamentação econômica. Por fundamento econômico, ele entende que o homem é movido pela busca do ganho material. Atingindo o objetivo econômico, o homem atingiria a fama, sendo esta seu objetivo último: "... não mais tornar-se independente, mas tornar-se um simples instrumento do desejo de consideração". Para ele, a realização do bem-estar social coletivo é consequência da ação individual dos homens em busca do seu próprio bem-estar. E a possibilidade de atingir-se o bem-estar social está no funcionamento livre e ilimitado do mercado. Nesse sentido, as relações sociais estabelecidas entre os homens, independe de um Estado, ou de uma "vontade geral", como afirmava Rousseau. Ainda que fosse necessária um comunidade, como forma de manter os homens coesos, o Estado não é fundamental e não deve intervir nas relações econômicas. Segundo Carnoy (1986),

A honestidade, o senso de dever, o amor pela nação, e a solidariedade pelos concidadãos, que são essenciais para a reprodução social, são, portanto, parte inerente da maioria dos indivíduos numa sociedade competitiva e de livre empresa. Nessa sociedade, baseada nos 'direitos naturais' dos indivíduos, é o indivíduo que é o portador da melhoria não intencional da condição social, bem como da coesão social deliberada. Os indivíduos, para Smith, são inerentemente seres sociais.

Jeremy Bentham e James Mill: eles procuram enfrentar o problema dos conflitos existentes numa sociedade de classes.

Nesse sentido, eles consideram que só o Estado burguês é que tem condições de garantir a igualdade e a segurança da propriedade ilimitada e da empresa capitalista. O Estado tem, na defesa da propriedade e da empresa a sua mais importante função. Mas o Estado pode ser corrupto, os governos podem agir em seus próprios interesses, assim é que as eleições e uma imprensa livre são importantes para propiciar o controle do

governo pelos eleitores. O poder, portanto, reside, no limite, nos eleitores, mas nem todos os cidadãos eram eleitores e nem deveriam ser. Sugere, então, que sejam formados grupos de eleitores.

John Stuart Mill: Mill considera a desigualdade como acidental, sendo passível de correção. O processo democrático é que possibilita a construção de uma sociedade justa e eqüitativa. Ele entendia, também, que a desigualdade fundava-se na propriedade, porém, que era o tipo de distribuição feudal da propriedade que havia gerado a desigualdade, e que o capitalismo estava reduzindo essas desigualdades, seja no que concerne à propriedade, renda ou poder. É de se ressaltar que Mill reconhecia a impossibilidade de a classe trabalhadora desenvolver-se frente à forma como estava distribuída a riqueza e o poder econômico:

que o produto do trabalho seja distribuído como agora o vemos, quase na razão inversa do trabalho – dando-se as maiores porções a quem jamais trabalhou de modo algum, em seguida àqueles cujo trabalho é quase nominal, e assim por diante em escala decrescente, mingando a remuneração à medida que o trabalho fica mais duro e mais desagradável, até que o mais cansativo e exaustivo trabalho corporal não possa ter como certo que o trabalhador ganhe inclusive o indispensável para a vida”. (in Machperson, 1986, p. 57)

Esse pensamento de Mill nos remete a Locke, onde o trabalho é que fundava a propriedade, e a propriedade é que fundava a cidadania.

Coerente com essa perspectiva, Mill afirmava que o direito de voto, e o peso eleitoral de cada indivíduo na sociedade, deveria basear-se na contribuição que cada indivíduo dava à sociedade. O poder, portanto, fica nas mãos de uns poucos e, por isso ele defende que o ideal seria que o poder político atingisse uma ampla parcela da população. E sugeria, também, formas de organização social que possibilitasse o acesso dos trabalhadores ao *status* de capitalista.

Fazendo uma correlação entre a doutrina clássica e a doutrina liberal, percebe-se que a doutrina clássica afirmava o poder do homem, ainda que defendesse que esse poder deveria ser transferido para outrem, ou para o Estado. Na doutrina liberal, reconhece-se o direito de alguns homens terem poder, com fundamento na posse da propriedade. Começa-se, então, a estabelecer critérios para o exercício da cidadania, a questionar-se se todos os indivíduos devem ter poder, e, fundamentalmente, a questionar-se se, caso todos os homens tivessem poder, não se colocaria em risco o fundamento do Estado burguês, que é a propriedade. Trata-se, então, de através do poder, retirar dos homens o poder que lhes era inerente, não para transferi-lo para o Estado, mas para concentrá-lo nas mãos dos proprietários.

Joseph Schumpeter sintetiza essa nova posição:

sustenta que a democracia direta não é possível porque nem todos na sociedade estão no mesmo estágio de desenvolvimento cultural. Existem os líderes e os seguidores, os que não estão interessados e os que são mal informados ... os objetivos da sociedade devem ser formulados pelos líderes – por uma elite que seja politicamente atuante, que possa dedicar-se ao estudo dos problemas sociais relevantes e seja capaz de compreendê-los” (in Carnoy, 1986, p. 50)

Mas, se por um lado, dentro da tradição liberal, busca-se limitar e cercear o poder dos indivíduos e circunscrever e delimitar o alcance da cidadania, por outro lado, numa postura antagônica a essa, o objetivo é ampliar os direitos de cidadania, que é o pensamento que se situa dentro da tradição marxista, ainda que não seja um debate exclusivo desta tradição.

3. O cidadão no pensamento marxista: a transformação social passa pela cidadania?

“... a democracia, introduzida o mais completa e consistentemente que se possa imaginar, converte-se de democracia burguesa em democracia proletária”. (Lenin, apud Carnoy, 1986, p. 83) Marx realiza uma profunda reflexão sobre a sociedade burguesa. E, nessa reflexão, fica claro que o sistema de

produção capitalista têm, inerente à sua estrutura, a desigualdade social. Ao dividir a sociedade em proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, a burguesia divide a sociedade em classes sociais, sendo que duas classes são fundamentais: a burguesia e o proletariado. E a sociedade é produto das ações recíprocas dos homens, que envolve a sua produção e a reprodução. Essa produção/reprodução é material e espiritual. Mas, as ações dos homens não são homogêneas, elas são complexas, contraditórias e perspassadas por diversas conotações: religiosas, políticas, econômicas, morais, etc. Assim, é que a relação entre o homem e a sociedade é uma relação dialética, onde o homem se coloca como sujeito de sua história. E, nesse sentido, o homem, não enquanto ser individual, mas como ser coletivo, como classe social, tem poder de transformar a estrutura social. Marx utiliza o termo cidadão. Mas, na sua análise, ele mostra que o que é próprio da sociedade burguesa, específico da sociedade burguesa, é a distinção clara, nítida, entre esfera pública e esfera privada, entre o público e o privado. E é desse elemento constitutivo da vida sócio-política na sociedade burguesa, que é da cisão entre o Estado e a sociedade, que emerge a distinção entre o indivíduo e o cidadão. Em Marx fica muito clara a idéia de que a noção e a realidade da cidadania só tem sentido em uma sociedade onde o público está dissociado do privado. Como a perspectiva da cidadania vincula-se, estreitamente, à questão da democracia, ressalte-se que Marx e Engels apresentavam a democracia como contraditória em si mesma: se, por um lado, a classe dominante cria mecanismos que visam oferecer à população uma ilusão de participação, por exemplo, as eleições; por outro, ela viabiliza a organização da população para ampliar as formas democráticas, adentrando na luta por direitos de uma participação política efetiva.

Nesse sentido é que o debate sobre cidadania e democracia ocupa um importante espaço dentro da tradição marxista. Se houve um momento em que os pensadores marxistas consideravam que toda e qualquer conquista da Revolução Burguesa deveria ser eliminada numa nova sociedade; a conjuntura sócio-histórica demonstrou que a tese deve ser outra, ou seja, se as conquistas da Revolução Burguesa, não todas, mas algumas, devem ser preservadas. Essa linha de raciocínio não se baseia na

idéia de que a sociedade burguesa é democrática, mas que, justamente por ela envolver a dominação numa capa democrática, abre espaços para que a luta pela democracia se efetive. Assim é que Norberto Bobbio, segundo Carnoy (1986, p. 203), entende

que as condições objetivas do desenvolvimento capitalista moderno são cada vez menos democráticas. Por conseguinte, a democracia está cada vez mais colocada **contra** a dinâmica do desenvolvimento capitalista e, portanto, representa um elemento essencial na contra-transformação da sociedade capitalista.

A luta pela democracia, pela conquista de direitos de cidadania, apresenta-se, dessa forma, como um instrumento das classes dominadas contra o sistema de opressão a que estão submetidas. Segundo José Paulo Netto (1980, p. 65-66),

a estratégia democrática não se viabiliza (nem viabiliza um) em qualquer processo de ruptura – ela também é função do nível de complexidade social dado nas particularidades históricas. Ou seja, a teoria setorial da transição socialista deve conceptualizar o fenômeno histórico de que formas histórico-sociais heteróclitas podem suceder à ruptura com o sistema capitalista. E deverá concretizar que, também, nessas formas heteróclitas o problema da transição socialista estará condicionado à implementação de uma estratégia democrática – que, então, colocará problemas concretos sensivelmente diversos.

Portanto, a questão da democracia, da cidadania, e sua vinculação com a transição socialista, é um debate em aberto. Mas é um fato inquestionável a luta pelos direitos de cidadania. Essa luta passa pelos mais diferentes segmentos sociais, têm ressonância nos partidos políticos, nos meios intelectuais, etc. Portanto, coloca-se como problema que merece a atenção dos pensadores marxistas. Sendo a cidadania fundada pela teoria liberal, tendo por fundamento primeiro a propriedade privada, o problema que se põe refere-se aos limites e possibilidades da própria cidadania no interior do sistema capitalista e na superação deste. As reflexões, sobre esse problema, colocam que a luta pela cidadania é uma luta pela conquista e/ou ampliação da democracia. E, nesse sentido, desmistifica-se a democracia

burguesa enquanto tal, expõe os seus limites, na medida em que não se trata de discutir os direitos dos proprietários, mas de discutir os direitos dos não proprietários. Assim, busca-se transcender o fundamento da propriedade, presente na concepção liberal de cidadão, pelo fundamento do trabalho.

4. Cidadania: paradigma de análise da Política Social A questão da cidadania põe, em destaque, a discussão fundamental da relação dos indivíduos com a sociedade, do Estado com a sociedade. Essa relação se circunscreve no âmbito da sociedade burguesa, que coloca em marcha processos de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, cria uma nova sociabilidade, pautada no modo de produção capitalista, cujo fundamento é a propriedade privada. A burguesia, alçada à condição de classe dominante, estabelece regras que delimitam e circunscrevem as relações Estado-Sociedade, de tal forma a manter o seu poder de classe. Poder, esse, que é exercido sobre as demais classes sociais que compõem o Estado Nacional, através da manutenção das desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais. Para se consolidar, se manter e se legitimar enquanto classe dominante, a burguesia faz uso de diversos mecanismos, o Estado assume diversas características, mas, nesse processo, integra algumas reivindicações das classes subalternas, negocia, estabelece pactos, desde que não se coloque em questão a ordem burguesa estabelecida. Se, por um lado, o Estado burguês homogeneiza os indivíduos num cultura geral, que se traduz na língua nacional, nas relações de parentesco, nos símbolos nacionais, nos costumes, nos limites territoriais, etc.; por outro, ele se funda na desigualdade.

A desigualdade é contextualizada pela propriedade privada dos meios de produção, pela apropriação desigual do produto nacional. A revolução burguesa cria a sua própria dominação e o seu antagonismo, representado pelos dominados. Essa característica contraditória da sociedade burguesa é que faz com que convivam, num mesmo espaço e ao mesmo tempo, os instrumentos de dominação e os instrumentos de superação da dominação. Portanto, as relações

estabelecidas entre Estado e Sociedade são contraditórias, ambíguas, tornando o espaço nacional um espaço de lutas entre classes sociais antagônicas.

À desigualdade corresponde o seu oposto – a igualdade, o que coloca o estatuto da cidadania como a igualdade possível. A transformação do indivíduo em cidadão, ainda que represente uma conquista fundamental da Revolução Burguesa, busca transcender a desigualdade de classe social pela igualdade da cidadania. Isso significa que, para se entender a concepção de cidadania, não se pode desvinculá-la da ordem burguesa estabelecida, e nem dos fundamentos da teoria liberal, onde o pressuposto da cidadania é a propriedade privada. E nem se pode supor que a cidadania preconizada pela teoria liberal tenha, no limite, o objetivo de acabar com as desigualdades. Macpherson, (1978, p. 112), analisando a ampliação da cidadania no Estado de Bem-Estar Social, afirma:

mais redistribuição do estado de bem-estar da renda nacional não é bastante: seja quanto for que ele diminua as desigualdades de classes quanto à renda, não atingirá as desigualdades do poder de classes.

Portanto, ainda que os direitos de cidadania se desenvolvam na sociedade burguesa, eles têm seus limites estabelecidos pela manutenção do poder nas mãos da burguesia. E, para acompanhar o desenvolvimento dos direitos de cidadania na sociedade burguesa, é importante recorrer a Marshall, que representa o fundamento teórico-metodológico da cidadania como paradigma de análise da política social.

Marshall divide a cidadania em três elementos:

Elemento civil: composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, e de concluir contratos válidos e o **direito à justiça**: é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Elemento político: o direito

de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. Elemento social: se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (1967, p. 63-64).

Calcado numa análise histórica, Marshall vai demonstrando o desenvolvimento desses direitos, e como a cidadania se configura enquanto um processo cumulativo de conquistas de direitos, em dois sentidos: primeiro, enquanto aquisição de novos direitos; e, segundo, enquanto ampliação dos direitos para camadas da população que encontravam-se excluídas desses direitos. Assim é que é a sociedade burguesa que, no seu processo histórico, desenvolve e efetiva os direitos de cidadania, e, essa perspectiva evolutiva fica clara no quadro traçado por Marshall:

.. os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram aos civis, e a ampliação deles foi uma das principais características do século XIX, embora o princípio da cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os dois outros elementos da cidadania. (1967, p. 75). E é aí que ele entende que a sociedade burguesa é o palco, por excelência, dos direitos de cidadania, que supera a desigualdade total inerente ao sistema de classe social: ... a igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem inevitavelmente enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe, e a liberdade pessoal como um direito universal deve eliminar a servidão (1967, p. 77).

Subjacente a esse raciocínio está a idéia de que é possível reduzir as injustiças sociais pela redistribuição, ainda que parcial, do produto social. Fica claro, também, que ele não se propõe a ilusão de que a cidadania vá acabar com a desigualdade, mas que ela coloca a possibilidade, que é concreta, de atenuar a desigualdade. A crítica que ele faz ao sistema de classe, é que ele propõe uma desigualdade total e insuperável na sociedade burguesa, enquanto que, para Marshall, a cidadania representa a possibilidade de uma superação dessa desigualdade. Outro pensamento significativo em Marshall, é o que se refere à cidadania social. É à cidadania social que ele credita a possibilidade de uma ordem social mais justa, e não à cidadania política. Entra em questão, então, o Estado de Bem-Estar Social, onde as conquistas sociais tendem a obscurecer a cidadania política, o que Marshall não questiona.

E é a questão da cidadania política, que é, no limite, a cidadania propriamente dita, na medida em que os cidadãos têm poder de interferir decisivamente nas questões nacionais, que Marshall não coloca. Mesmo porque ele entende que a desigualdade tem alguns aspectos que são legítimos e, por isso, ele afirma:

Nosso objetivo não é uma igualdade absoluta. Há limitações inerentes ao movimento em favor da igualdade, que opera em parte através da cidadania e, em parte, através do sistema econômico. Em ambos os casos, o objetivo consiste em remover desigualdade que não podem ser consideradas como legítimas, mas o padrão de legitimidade é diferente. No primeiro, é o padrão da justiça social; no último, é a justiça social combinada com a necessidade econômica (1976, p. 109).

Com fundamento nestas idéias, é que se propõe que, no âmbito das políticas sociais, deve-se incorporar a cidadania, entendendo o processo de desenvolvimento das políticas sociais numa perspectiva que as conceba como **processo de evolução da cidadania** (Vasconcelos, 1988, p. 22).

Dado o reconhecimento, pelo seus próprios teóricos, de que a cidadania apresenta problemas teóricos e conceituais na sua definição, a proposta fundamental é de que a cidadania se constitua em um princípio universalizante de implementação,

execução e avaliação das políticas sociais. Nas palavras de Parker, (1979, p. 145 apud Coimbra, 1987, p. 85):

defender uma distribuição de serviços e recursos baseada nos princípios da cidadania é afirmar que as condições individuais de vida devem ser protegida por decisões políticas que garantam níveis aceitáveis de cuidados médicos e sociais, de educação, de renda e assim por diante, independentemente do poder de barganha de cada indivíduo. Todos teriam de ter os mesmos direitos de compartilhar de tudo aquilo que fosse fornecido, nos mesmos termos que qualquer outra pessoa. Necessidades iguais teriam de receber tratamento igual, sem nenhuma discriminação a favor ou contra quaisquer grupos sociais, econômicos, políticos e raciais. A idéia de cidadania implica que nenhum estigma seja associado ao uso dos serviços sociais, quer seja por atitudes populares de condenação da dependência, quer originados de práticas administrativas ou padrões inferiores de previsão de serviços. A qualidade dos serviços públicos teria de ser a melhor possível, levando-se em conta a escassez dos recursos públicos.

Portanto, o princípio organizador da política social deve ser a cidadania. A avaliação da eficiência e eficácia da política social deve passar pelo confronto com o princípio da cidadania, assim como a implementação de novas políticas. Para Vasconcelos, (1989, p. 89), “.. a luta pelos recursos oriundos do denominado *salário social* passa exatamente pela **forma de estruturação da cidadania**.”

[...] Isso significa que a luta própria a este campo não se restringe apenas à esfera da luta política e ideológica, de forma direta, mas também à esfera econômica, na medida em que se refere ao nível de distribuição da sociedade”.

O estudo, análise e definição da política social a partir do paradigma da cidadania implica em vincular a cidadania aos direitos sociais. E implica, também, em vincular a cidadania à democracia. A importância do paradigma da cidadania reside no fato de, ao não privilegiar o conflito capital-trabalho, numa sociedade onde grandes contingentes de indivíduos encontram-

se fora do mercado formal de trabalho, afirmar-se que os direitos sociais que, historicamente, foram construídos para proteção ao trabalho, sejam reconhecidos como direitos de toda a população.

As categorias fundamentais para tal paradigma são: igualdade, democracia, direitos sociais, necessidades sociais. A partir destas categorias pode-se delimitar a cidadania e as possibilidades e limites de acesso a ela. E, a partir daí, estabelecer as possibilidades e limites da política social, e das políticas sociais específicas. O que se tem a nosso ver, é um descolamento das necessidades sociais das demais necessidades – civis e políticas; estabelecendo-se uma relativa autonomia do social sobre as demais esferas da vida social – o que implica em tornar a cidadania um valor ético-moral superior. Essa relativa autonomia é dada pela possibilidade de se atender as necessidades sociais – ou de cidadania - sem romper com a estrutura econômico – social.

Como já mostramos, a desigualdade é o fundamento das sociedades burguesas capitalistas contemporâneas. A raiz da desigualdade funda-se na propriedade privada, e a propriedade privada é o que define e circunscreve a política social. Portanto, para estabelecer como paradigma da política social a cidadania, seria necessário, em primeiro lugar, um conceito de cidadania que transcendesse os limites burgueses a ela colocados – uma concepção de cidadania que não tivesse por fundamento a propriedade privada. Mas isto, por si só, já significaria uma ruptura com o próprio conceito de cidadania. Significaria, também, conceitualizar uma cidadania abrangente, onde direitos civis e políticos estabelecessem um movimento dialético com os direitos sociais. Entendemos que a segmentação entre direitos civis, sociais e políticos, é uma segmentação que responde, de imediato, às necessidades do capitalismo. Abre possibilidades para debates e campanhas que chamem a atenção para a solidariedade e para valores subjetivos calcados numa natureza humana independente da forma como os homens produzem a sua vida material. Abre possibilidades para que o debate sobre a política social permaneça no âmbito das necessidades individuais e coletivas, e não no âmbito da construção da sociedade. Na verdade, esta é uma característica fundamental da política social

na perspectiva capitalista: ela responde a situações individuais, pessoais, de grupos e segmentos específicos, e não a necessidades nacionais ou de classes sociais.

O paradigma da cidadania só reforça a perspectiva da classe burguesa: *a abertura de oportunidades aos desiguais, via política social, não significa outra coisa senão a institucionalização da desigualdade ao invés de sua extinção.* (Potyara, 1986, p. 80).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas, S. P. : Papyrus, 1986.

CHAUÍ, Marilena et al. *Primeira Filosofia - lições introdutórias*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

COIMBRA, Marcos Antônio. *Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro : Zahar, 1987. p. 65-104.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo : Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal : origens e evolução*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

NETTO, José Paulo. *Notas sobre democracia e transição socialista*. São Paulo : Ciências Humanas, 1980, P. 31-66. TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, V. 7.

_____. Vigência de Sade. *Revista Novos Rumos*, V. 1, n. 2, p. 135-161, 1986.

PEREIRA, Potyara A. P. *A assistência social como garantia de direitos - crítica aos equívocos conceituais e políticos*. 1986. Mimeo.

TELLES, Vera da Silva. *Questão social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez 1996.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Políticas sociais no capitalismo periférico. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 29, p. 67-104. São Paulo : Cortez, 1989.

INDIVIDUALIDADE E TOTALIDADE COMO ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO NO SERVIÇO SOCIAL*

Márcia Pastor**

Introdução

Nos últimos anos, temos visto as temáticas “individualidade” e “subjetividade” emergirem no debate acadêmico e profissional.

No mundo contemporâneo, onde os apelos ao “individualismo” e ao “subjetivismo” são constantes, pensamos ser pertinentes as discussões acerca da individualidade humana e gostaríamos de socializar algumas reflexões advindas de nossa inserção no Serviço Social, profissão cuja intervenção implica um contínuo processo de reflexão-ação.

Os profissionais de Serviço Social, além de atuarem na implementação de políticas públicas e de benefícios sociais, interagem cotidianamente com o ser social, seja enquanto classe social demandatária de diversos serviços sociais, seja como indivíduos portadores do direito de se desenvolverem nas diversas dimensões da existência humana.

Um esboço contendo uma sucinta compreensão sobre o ser social encontra-se no início deste artigo, seguido de comentários sobre o mesmo assunto a partir dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, de Karl Marx.

* O presente artigo reproduz reflexões contidas na dissertação de Mestrado “Resgatando a Individualidade na Militância: Análise de uma Experiência com Militantes Populares da Região de Campo Limpo – São Paulo”, defendida em 1997 junto à PUC-SP.

** Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (PR) e Mestre em Serviço Social pela PUC-SP.

Acerca da temática individualidade, encontramos atualmente inúmeras contribuições nas Ciências Humanas, principalmente em torno das discussões sobre o que se ousou chamar de “reificação do sujeito”. Entretanto, o que vimos em muitos artigos foi a subjetividade ser tratada como um problema conceitual, sobre o qual se trava um debate eminentemente epistemológico. Por sua vez, a individualidade é apresentada como totalmente desvinculada de todas as determinações estruturais (objetivas) que a produzem, como se a existência do indivíduo não estivesse inserida num contexto histórico-político determinado.

A estas abordagens não conseguimos referir o conteúdo concreto da prática profissional que temos acumulado. Em nosso esforço de análise, entendemos ser difícil conciliar sugestões quanto ao tratamento da subjetividade e da individualidade que partam de pressupostos, a nosso ver, não assentes sobre as bases da realidade da qual fazem parte os sujeitos sociais com os quais atuamos em nosso cotidiano profissional.

Por isto, optamos pelas interpretações do antropólogo italiano Massimo Canevacci, que trata a individualidade humana na perspectiva da totalidade, sem desvinculá-la da noção de classe social. Entendemos que tal abordagem, contida na terceira parte deste texto, aproxima-se mais das preocupações que emergem de nossa prática.

Ressaltamos que não tivemos a pretensão de fazer um estudo teórico sobre a referida temática, que certamente constituiu-se objeto de outros renomados escritores marxistas (em especial, dos seguidores da Escola de Budapeste). Nosso intuito consiste em pautar a fértil discussão teórica sobre a individualidade na realidade concreta dos indivíduos que somos e dos indivíduos com os quais convivemos, determinados pelas condições histórico-políticas.

1. Aportes para a compreensão sobre ser social

A premissa básica da qual partimos consiste no entendimento de que o ser social é tanto objetivo como subjetivo

e está em relação constante consigo mesmo, com a natureza e com os outros homens.

Na sua individualidade singular, o ser social constitui uma totalidade onde estão presentes as dimensões da subjetividade e da objetividade de maneira indissolúvel e em relação inequívoca com outras totalidades.

Ao mesmo tempo que é um ser singular, é um ser de relações em processo de desenvolvimento. Sua atuação no mundo e seu desenvolvimento são determinados pelas condições sócio-históricas, culturais e econômicas. Numa relação dialética, também este ser contribui e determina essas condições quando intervém coletivamente, isto é, com outros homens.

O ser social no seu conjunto (sociedade) é constituído por essas relações que os homens mantêm entre si e com a natureza, mediadas especialmente pelo trabalho.

O que singulariza esse ser social é a maneira como as condições sociais, econômicas e culturais postas pela sociedade rebatem na sua individualidade. Os homens são determinados social e historicamente, mas a maneira como percebem, captam e vivem essas determinações é que os particulariza.

A constituição e expressão de sua individualidade, de sua totalidade, é tanto objetiva quanto subjetiva, e tais dimensões convivem dialética e contraditoriamente. Ao se expressar, o ser humano objetiva a sua subjetividade, materializando-a e, ao mesmo tempo, subjetiva a objetividade. O que se manifesta, o que aparece, porém, é a sua objetividade.

Na sua convivência cotidiana, entretanto, o homem – este ser singular particularizado – pode deixar ou não fluir seus sentimentos, seus desejos, suas opiniões mais íntimas etc. Ele pode, desta forma, alijar parte de sua subjetividade, não deixando-a expressar-se nem para si, nem para os outros.

É importante compreender, portanto, que a subjetividade é uma dimensão que compõe o ser social; ela se faz presente (se expressa) com maior ou menor ênfase nas diversas ações humanas, conforme as condições externas e internas possíveis.

Se, como vimos até aqui, o ser social na sua singularidade é uma totalidade, dotado das dimensões objetiva e subjetiva, cabe registrar que ele vivencia isto nas várias esferas de sua existência, como, por exemplo, no trabalho, na cultura, na vida familiar, na religião, no lazer, na vida política, nas relações de amizade etc. Também aqui ele pode privilegiar uma destas esferas ou desenvolver-se mais em uma delas, de acordo com suas necessidades, opções ou oportunidades. Quem de nós não conhece pessoas que se dedicam arduamente ao trabalho, ou à militância política, deixando em “segundo plano” a família, quiçá o próprio descanso?

Embora sendo uma condição inerente ao gênero humano, vivenciar de maneira mais rica, mais equilibrada ou mais inteira estas dimensões (objetiva e subjetiva) e as próprias esferas da existência, constitui-se, a nosso ver, uma exigência e um direito para todos os homens, mesmo para aqueles que ainda não têm supridas suas necessidades materiais básicas, representando esses grande parte do contingente que atendemos em nossos espaços profissionais.

2. O indivíduo como ser social e como totalidade: as afirmações de Karl Marx nos Manuscritos de 1844

Tal compreensão sobre o ser social não é nada recente. Dentre os diversos autores aos quais poderíamos nos reportar, destacamos Karl Marx e em especial seu texto “*Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*”, onde podemos buscar vários elementos que contribuem para esta fundamentação.

Nos “*Manuscritos*”, Marx contesta frontalmente a visão da “economia nacional” da época (entenda-se: da burguesia capitalista) de que ao operário bastava apenas o suficiente para sobreviver, para repor suas forças físicas de modo que ele pudesse continuar a trabalhar. Não se considerava que os homens – no caso, os operários – tivessem outras necessidades, outros aspectos de sua existência vivenciados em seu tempo livre de trabalho:

... ele (o economista nacional) reduz a necessidade do operário ao mais necessário e lastimável sustento da vida física; (...) o homem não tem nenhuma outra necessidade, nem de actividade, nem de fruição; (...) ele calcula a vida (existência) mais indigente possível como padrão e efectivamente como padrão universal (...) ele faz do operário um ser insensível e sem necessidades (...) cada luxo do operário aparece por isso como condenável” (MARX, 1993, p. 131).

A supressão, no homem, de dimensões que são inerentes à própria existência humana, faz com que Marx denuncie com veemência:

... A economia nacional, esta ciência da riqueza, é por isso (...) uma ciência realmente moral; a mais moral de todas as ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as necessidades humanas, é a sua tese principal (idem).

Ao elaborar sua crítica à economia nacional e a este modelo de organização sócio-econômica que rouba a vida de tantas pessoas, Marx, além de analisar brilhantemente temas como trabalho alienado, propriedade privada e capital, explica também a relação intrínseca entre homem e natureza: o homem é, ele mesmo, parte da natureza, assim como os outros homens; os seus meios de vida dependem dela; enfim, o homem só pode criar, só pode produzir, a partir da própria natureza.

Sendo parte da natureza, o homem é também um ser social, genérico (Idem, p. 66); um ser que se objetiva e, no entender de Marx naquele tempo, é no trabalho que encontra uma forma privilegiada de objetivação; é no trabalho que o homem também se apropria da natureza (Idem, p. 73).

Porém, sua objetivação torna-se alienada, pois na lógica capitalista o homem não consegue realizar-se pelo seu trabalho: o objeto, o produto dele não pertence ao operário, é apropriado por outrem. O trabalho torna-se, assim, trabalho alienado, que se constitui a essência da propriedade privada.

Nos “Manuscritos” é demonstrado, de maneira como são

profundas as conseqüências do trabalho alienado: ao provocar-se no operário a alienação do produto do seu trabalho, provoca-se também sua alienação dos outros homens e, em decorrência, aliena-se a própria essência humana (Idem, p. 68-9).

Por isto, para Marx a propriedade privada é o principal mal a ser combatido pelo operariado – e isto deve ser uma tarefa não apenas teórica, mas uma tarefa real, prática. Ele aponta o comunismo como a “supressão positiva da propriedade privada”, como a supressão da alienação; portanto, como a possibilidade de regresso do homem à sua essência humana (Idem, p. 92-3).

O sentido do social é tão forte que, já na parte dos ‘Aditamentos’ dos “*Manuscritos*”, ao comentar as associações como um dos meios para chegar ao comunismo, Marx reconhece que os homens ali reunidos (com um objetivo determinado, o comunismo) apropriam-se do valor da associação, da sociedade, e passam a tê-las também como necessidade, como necessidade humana; assim, a associação torna-se um fim, uma possibilidade de realização, de concretização de uma necessidade (Idem, p. 136-7).

A sensibilidade em compreender o ser humano na sua particularidade, como objetividade e subjetividade, aparece claramente nesta obra de Marx:

O indivíduo é o ser social. (...)

O homem – por muito que seja portanto um indivíduo particular e, precisamente, a sua particularidade faz dele um indivíduo e uma comunidade (Gemeinwesen) individual real – **é tanto a totalidade, a totalidade ideal**, a existência subjectiva para si da sociedade sentida e pensada como também existe na realidade, quer como intuição e fruição real da existência social quer como uma totalidade de exteriorização humana de vida” (1993, p. 95, grifos nossos).

Assim, vemos claramente que Marx já concebia o ser social como totalidade que possui a objetividade e a subjetividade como dimensões inerentes ao próprio ser humano.

3. Discutir a individualidade na perspectiva da totalidade: a contribuição de Massimo Canevacci

Dentre as diversas bibliografias consultadas sobre a temática em tela, queremos destacar que encontramos especial contribuição para a discussão sobre individualidade no antropólogo italiano Massimo Canevacci, especialmente em sua obra *“Dialética do Indivíduo”*, publicada inicialmente em 1974. Este antropólogo aborda a perspectiva da “totalidade”, tanto em termos das determinações sócio-político-econômicas, como na compreensão sobre o próprio indivíduo.

Ao enfatizar a articulação do indivíduo com a classe social, tomando por base os *“Grundrisse”*, de Karl Marx, este autor não nega nem desconsidera a importância da categoria classe social, como fazem tantos outros estudiosos contemporâneos.

Entretanto, Canevacci alerta para a necessidade de “evitar riscos”, ou seja, de não “alucinar a crítica da economia política” e de não absolutizar a classe social em detrimento do indivíduo, do homem concreto, em suas determinações específicas de raça, de sexo, de cultura etc.

Resgatando a discussão filosófica sobre o indivíduo, o antropólogo menciona diversas interpretações existentes e posiciona-se pela concepção do indivíduo, enquanto produto histórico – tomando por base a obra de Marx – no entendimento da indivisibilidade do ser – referenciando-se a Adorno e Horkheimer – e na compreensão da própria individualidade também como um produto da sociedade – conforme Adorno.

Menciona, ainda, a dialética entre “autoconsciência do indivíduo” e “autoconsciência social”, possível na medida em que se tome consciência dos outros indivíduos e principalmente da “substância secreta que legitima o reconhecimento da individualidade para alguns e a exclui para outros: a propriedade” (Canevacci, 1984, p. 9).

É neste ponto que o autor vai demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo procura suprimir a noção de indivíduo e de individualidade para as classes trabalhadoras.

Os excluídos do “espírito vivificador” (da propriedade privada) não são considerados indivíduos; são os “sem-sujeito”, os “não-ser”, ou, quando muito, são tidos como mercadoria, como a mercadoria força-de-trabalho:

“Com esta chave de interpretação, torna-se claro por que não foi possível identificar com o conceito de indivíduo, durante inteiras épocas históricas, as crianças, os negros, os pobres, os escravos, as mulheres, os marginalizados, os trabalhadores assalariados...” (Canevacci, 1984, p. 9).

Obviamente, a ideologia burguesa contribuiu para a consolidação desta visão criando “justificações internalizáveis pelos excluídos” e procurando explicar, nesta ótica, a existência da delinqüência, da preguiça, da anormalidade, etc.

Canevacci exemplifica ainda o grau de profundidade das dicotomias implementadas pela ideologia dominante em sua determinação de impedir a apropriação da individualidade por todos os não-indivíduos, através da atribuição de significados diferentes ao indivíduo, ao sujeito e à pessoa:

... o homem singular foi decomposto em várias partes. De todas elas, o *indivíduo* é a parte mais pobre e egoísta, que resume tudo o que se refere à esfera psicológica-sensitiva do homem... . Enquanto isso, o *sujeito* foi caracterizado, tanto pelo idealismo como pelo senso comum, como sendo uma qualidade humana que funda as grandes categorias transcendentais do ser e do conhecimento... . Ao contrário, a *pessoa* foi referida ao indivíduo enquanto titular de direitos... (Idem, p. 11, grifos do autor).¹

¹ Por isto, o autor justifica o termo que utiliza: “Se preferi o conceito de indivíduo, isso dependeu do fato de querer privilegiar o que foi – e ainda é – considerado como a parte mais marginalizada e explorada do ser singular” (Idem, p. 12).

Mas, com toda essa opressão das individualidades ou mesmo com a “falsa ilusão” sobre a individualidade e a liberdade burguesas (como a livre-concorrência, por exemplo), Canevacci afirma que são exatamente estes excluídos, estes “sem sujeito” os que podem colocar em pauta o resgate da individualidade:

... só os tradicionais excluídos da individualidade reivindicam a possibilidade de retomar a expansão da subjetividade, em conexão com seus específicos modos de ser: o indivíduo-operário, o indivíduo-mulher, o indivíduo-estudante, o indivíduo-outro. O que era para Marx, e até hoje ainda o é, a negação do capitalismo, a classe operária (...) tende a compreender os outros não-indivíduos, todos os excluídos tradicionais de sempre (Idem, p. 29).

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de reprodução social da existência (onde podemos inserir, dentre outros aspectos, a organização da classe operária em suas diversas formas), assistimos ao florescimento de abordagens diferenciadas para a questão da individualidade.

Além das críticas dirigidas ao pólo capitalista, o autor italiano não poupa críticas às esquerdas políticas que também excluíram o indivíduo em função da centralidade da noção de “classe social”: “a classe ou o povo não podem fagocitar o indivíduo, nem ser habituadas a ignorá-lo” (Idem, p. 14).

Como antropólogo, aponta que há diferenças, diversidades e especificidades dentro de uma mesma classe que não podem ser forçosamente uniformizadas ou unificadas. Esse é um erro essencial de compreensão – e, portanto, de condução – por parte daqueles que postulam a construção de uma nova forma de organização social:

A tentativa de definir como autonomia proletária o conjunto unificado das autonomias específicas é duvidoso e inaceitável, não apenas porque tem escasso poder de esclarecimento com relação à atual fase mas também porque parece aceitar como já unificadas todas as especificidades, sem conflitos no seio dos excluídos ... (Idem, p. 38).

Enfim, no entender deste autor, as esquerdas também não foram capazes de perceber a pertinência da discussão sobre individualidade realizada, na maior parte do tempo, pelos intelectuais pequeno-burgueses. Sem analisar as diferenciadas interpretações, limitaram-se a criticá-la como individualismo. Na mesma perspectiva, atribuíram “a subjetividade *tout court* como fenômeno pequeno-burguês. Como se costuma dizer, junto com a água suja foi jogada fora a criança” (Idem, p. 27).

Ao fazer suas críticas tanto à direita como à esquerda, Canevacci propõe a necessidade de incorporar a perspectiva da totalidade, dizendo que a “fundação materialista da subjetividade” deve passar por uma redefinição que considere tanto as análises de ordem estruturais quanto as de ordem naturais (ou culturais) da estratificação de classes, pois uma não anula e nem supera a outra:

... O ponto de vista mais avançado, neste sentido, é o que não hipostasias a separação entre estrutura e superestrutura, ou que não reduz mecanicamente essa àquela; mas é o ponto de vista que aborda ambas essas esferas em sua constante relação dialética, enquanto transformação recíproca ... (Idem, p. 20).

Ou seja, o indivíduo não pode mais ser considerado exclusivamente em função da determinação econômica; ele sofre, vivencia e se objetiva também em outras esferas da vida.

Por isso, ao considerar os desafios do mundo contemporâneo, este autor é veemente ao afirmar que hoje não se fazem mais plausíveis bandeiras de luta (dos setores excluídos, populares) que visem somente os aspectos materiais da existência:

... A transformação global no modo de produção e de vida no capitalismo tardio não pode mais se resumir na palavra de ordem da socialização dos meios de produção ou na inelutabilidade do socialismo independentemente da vontade dos homens; essa palavra de ordem se torna mística e irresponsável se, depois da experiência soviética e chinesa, não for articulada com o destino da totalidade do indivíduo, com o seu fortalecimento em contradição com os valores mutilados, que se constituíram em épocas inteiras de divisão do trabalho e de genealogia da civilização (Ibidem, grifos nossos).

No campo da superestrutura, mais uma vez é pontuado o papel da ideologia no sentido de limitar a ascensão das classes populares e da própria consciência de classe, e porque não dizer, de podar até a utopia, o sonho destes “não-indivíduos” de um dia virem a ser e, mais ainda, de virem a construir uma nova sociedade: visões deterministas, doutrinas religiosas, princípios morais, etc., sempre tentaram justificar a privação da individualidade, conduzir à naturalização da pobreza e ocultar as diferenças e especificidades de gênero, de raça, de religião e políticas.²

É exatamente nesta relação dialética que se inserem estes indivíduos: vítimas da alienação e ao mesmo tempo os únicos sujeitos com potencial para superar a mesma; vistos enquanto uniformidade, mas portadores de uma riqueza dada pela sua diversidade e especificidade; destinados ao isolamento, mas profundamente imbricados na relação com seus pares, como sustenta o antropólogo italiano:

Tão-somente a solidariedade e o reconhecimento da recíproca exclusão da condição de sujeito - para os operários, as mulheres, os desviantes, os indivíduos diferentes – pode realizar a autonomia individual e organizar suas recíprocas articulações ... (Idem, p. 36).

Mas Canevacci considera que tal processo é permeado também por conflitos e contradições, tanto para o âmbito da classe trabalhadora, como para os próprios indivíduos. Por isto, resgata da tese final de Adorno e Horkheimer, em “*Dialética do Iluminismo*”, a noção de “sacrifício de si”:

... o sujeito senhor de si produz simultaneamente sua afirmação e sua autodestruição, já que todo o desenvolvimento, assim como a gênese da “civilização” e do mundo burguês, está fundado no sacrifício de si (Idem, p. 33, grifos do autor).

E retira da própria fonte citada:

² Na verdade, não só a superestrutura, mas “a política, a mística e a produção se aliam sagradamente para domar, para dobrar a estrutura pulsional individual e de classe às exigências da ideologia e da acumulação” (Idem, p. 31).

Enquanto o sacrifício implicar a antítese entre indivíduo e coletividade, o engano estará objetivamente implícito no sacrifício (Adorno–Horkheimer apud Canevacci, 1984, p. 33).

Ao adotar a perspectiva da totalidade do indivíduo, o organizador da “*Dialética do Indivíduo*” defende que a libertação deverá ser feita em várias instâncias e não apenas no campo econômico (embora este seja um fator decisivo). Ele propõe o entendimento de “autonomia individual e de classe” para estes novos tempos:

... nas sociedades de capitalismo mais que maduro, a autonomia do indivíduo afirma a construção de sua própria constituição em sujeito universal não apenas em relação ao atual modo de produção; mas exprime, além disso, a exigência de realizar instâncias de libertação e de felicidade do conjunto dos indivíduos que foram até agora excluídos da subjetividade oficial. É uma autonomia relativa à totalidade da organização social, cultural e psíquica do vivido... (Canevacci, 1984, p. 36).

Há, portanto, que conceber novas maneiras de organização social que contemplem as individualidades e as várias esferas e dimensões da vida, estando sempre atentos para “captar as formas sociais e individuais nas quais se prefiguram materialisticamente a tendência às futuras relações sócio-individuais” (Idem, p. 38). E este processo deverá ser construído no cotidiano e em “múltiplas frentes”.

Entendemos que a “*Dialética do Indivíduo*” aponta elementos importantes para a discussão sobre individualidade, pois propõe de modo ousado (porque crítico) a articulação entre indivíduo e classe, de forma a não desconsiderar a individualidade e as especificidades de cada indivíduo, de cada ser social. Não descarta a importância das determinações econômicas na vida dos indivíduos, mas afirma exatamente aqueles que sempre foram os excluídos da sociedade burguesa como sujeitos potenciais da recriação da individualidade e da “expansão da subjetividade”, numa perspectiva mais ampla de libertação.

Considerações Finais

Como cada um de nós, indivíduos singulares particularizados, expressamos nossas subjetividades? É fácil fazê-lo? Conseguimos expressar nossas reais intenções e emoções com constância?

E compreender a manifestação objetiva das subjetividades dos outros? E, quando este outro é o sujeito social com o qual atuamos em nosso exercício profissional?

Certamente, a vivência de situações como estas pode ser bastante difícil, mas reflete a necessidade de atentarmos mais profundamente para a questão das individualidades com as quais lidamos no nosso dia a dia, procurando cada vez mais captar a totalidade do ser social.

O esforço de materializar as subjetividades, de socializá-las e discuti-las, pode ser até mesmo doloroso, mas nem por isso deixará de constituir-se fonte de enriquecimento para os indivíduos que se aventurarem nesta empreitada.

... Essas objetivações são essenciais ao desenvolvimento da subjetividade do homem na medida em que lhe desvendam limites e se constroem a partir do compartilhar de objetivações de outros sujeitos. A apropriação de objetivações que se constroem socialmente e que fazem parte da riqueza cultural da humanidade é característica central do humanismo marxiano e condição para a construção da individualidade e subjetividade do homem como ser social (Yazbek, 1996, p. 71).

Reconhecemos que vivemos um momento de aprofundamento da miséria social, onde se torna cada vez mais difícil o atendimento das necessidades básicas da existência.

De maneira alguma se questiona a pertinência da luta por condições dignas de vida. Entretanto, mesmo diante desta imensa exigência, entendemos que não podemos cair numa visão reducionista ou parcial sobre o ser social. Não podemos considerar o homem apenas como exterioridade, pois esta não é a única dimensão de sua existência: há outras necessidades humanas que

também precisam ser consideradas e supridas para que se possa propiciar o enriquecimento do ser social.

Neste sentido, se o homem é um ser singular e genérico, objetivo e subjetivo, se ele é naturalmente assim composto, o desafio está em vivenciar de maneira mais rica todos estes aspectos.

Sem dúvida, há um longo caminho a trilhar que consiste em romper com o dualismo que opõe objetividade e subjetividade, matéria e espírito, indivíduo e coletivo, e, aos poucos, reconhecer que somos todas estas dimensões.

Note-se, pois, que não estamos entendendo que a totalidade seja um estágio a ser alcançado. A totalidade se faz, se constitui enquanto vai sendo descoberta, apreendida, construída, vivenciada – ela é um processo e uma aprendizagem também.

Por fim, no âmbito do Serviço Social, mais uma vez reiteramos a necessidade de continuarmos aprofundando as reflexões sobre a ontologia do ser social, a fim de compreendermos, cada vez mais, os sujeitos com os quais atuamos, já que:

... trata-se de um homem complexo, síntese de múltiplas determinações, logo pluridimensional, multifacético. Um homem que precisa ser apreendido criticamente, na complexidade concreta e histórica das mediações que estabelece com outros sujeitos sociais e grupos sociais particulares, permeadas pelas determinações de classe e pelos cortes de gênero, raça/etnia, geração e outras relações estabelecidas em um contexto onde a categoria totalidade é central (Bonetti et al, 1996, p. 15).

Que as reflexões aqui expressas, ainda restritas, possam motivar ou provocar muitas outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, Dilséa Adeodata et al - *Serviço Social e Ética*. São Paulo : Cortez/CFESS, 1996.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética do Indivíduo*. 2. ED. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1984.

MARX, Karl. *Manuscritos Económico-Filosófico de 1844*. Lisboa : Edições Avante!, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1996.

O PLANEJAMENTO DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Selma Frossard Costa **

Introdução

O estágio aqui em foco é aquele exercido pelo aluno de graduação do Curso de Serviço Social, em diferentes instituições, sejam elas voltadas ao atendimento social, à saúde, à educação, de caráter público ou privado, bem como empresas ou prefeituras municipais.

No âmbito do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Londrina (UEL), o estágio ocorre sob a supervisão técnica do assistente social do local onde o mesmo é realizado, e da supervisão pedagógica do docente, que é vinculado à instituição de ensino.

Portanto, são três os atores que interagem nesse processo:

- aluno = estagiário
- assistente social do campo = supervisor técnico
- docente = supervisor pedagógico

Para a operacionalização do estágio supervisionado há que se considerar a participação destes três sujeitos, com seus respectivos papéis e funções, cuja interação deve se dar na direção de um processo construtivo da supervisão e do estágio. O aluno, nessa tríade, estabelece o vínculo entre a Instituição e a Universidade. Se isolarmos um desses atores do processo, certamente haverá uma ruptura prejudicando a relação de interdependência e cooperação para o sucesso do estágio.

Duas conclusões iniciais já podemos resgatar dessa reflexão inicial:

* Palestra realizada em 08/10/98 no Curso de Supervisão de Estágio em Serviço Social, na UEL

** Assistente Social Professora adjuntado Departamento de Serviço Social da UEL
Mestre em Serviço Social pela UFRJ.

- a importância de um relacionamento correto, do ponto de vista ético e profissional entre esses três atores;
- planejamento do estágio, do ponto de vista pedagógico e da ação profissional, é o ato primordial desse processo.

Enfocaremos a segunda conclusão por constituir-se em nosso objeto de reflexão nesse momento.

I. O Estágio Supervisionado e o Planejamento: uma relação fundamental

Por que o planejamento do estágio é importante?

Porque, quando planejado, as diretrizes da ação do estagiário são definidas com clareza; tanto o supervisor técnico quanto o supervisor pedagógico têm consciência daquilo que podem esperar do aluno, além do suporte que devem dar nas supervisões. O risco de cair no “ativismo”; isto é, na mera execução de tarefas diárias sem uma compreensão maior do “por que” e “para que” do estágio e das atividades concernentes, fica bastante reduzido.

E, o instrumento fundamental que direciona o estágio, consubstanciando-se na “bússola” que orienta todo o processo, é o plano de estágio, para o qual alguns princípios são importantes de serem considerados:

- Deve ser elaborado logo no início do estágio pelo supervisor técnico e supervisor pedagógico, com a participação do estagiário;
- Deve contemplar os objetivos em duas grandes frentes:

- ◆ Os pedagógicos: voltados para o aluno; para os conhecimentos mínimos que ele deve alcançar naquele período de estágio, dentro do processo de formação profissional;

- ◆ Os definidos no projeto específico onde o estagiário irá atuar, em função da realidade onde ocorrerá a intervenção. São os objetivos voltados para a ação profissional.

- Esses dois níveis de objetivos não se excluem e nem ocupam maior importância um em relação ao outro.

Complementam-se à medida em viabilizam o atendimento tanto à finalidade da formação profissional do aluno, quanto do atendimento adequado ao usuário, à população.

Portanto, não é um plano comum; o estágio requer um planejamento específico, no sentido de garantir o alcance dos dois níveis de objetivos ali presentes.

Mas, antes de refletirmos sobre a elaboração do plano de estágio, do ponto de vista metodológico, vamos resgatar um pouco a compreensão que temos sobre planejamento.

No contexto da nossa profissão, estamos sempre em contato com a questão do planejamento. Somos instados, com frequência, a elaborarmos planos, programas e projetos frente às demandas que surgem no cotidiano de nossa prática, e a participar de diferentes projetos multiprofissionais para colaborarmos com nossa conhecimento e experiência na área do social.

O ato de planejar é inerente ao ser humano. Mesmo sem perceber ele constantemente está planejando suas atividades desde as mais rotineiras e simples até as mais complexas, que definem sua vida no sentido mais amplo.

No contexto profissional esse ato assume uma importância fundamental à medida em que as decisões a tomar vão se tornando mais complexas. Quanto mais difíceis os objetivos, as dificuldades, os obstáculos; quanto mais escassos os recursos, quanto mais complicada a questão política presente, mais se torna necessário o ato de planejar.

Muitas definições existem sobre planejamento. Citamos três:

Trata-se de um processo sistemático, através do qual os integrantes de uma organização identificam e definem ações que precisam ser executadas para superar problemas, fortalecer potencialidades e alcançar objetivos comuns. Surge para redirecionar os caminhos, melhorando as ações. (Amencar, 1997, p. 6)

...ele consiste exatamente no processo de explicar a realidade desejada e de construir (transformar) a realidade existente tendo como rumo aquela realidade desejada. O planejamento é, justamente, a inteligência que dá eficácia a esse processo. (Gandin, 1995, p. 41)

...processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de problemas." (Baptista, 1981, p. 13)

A primeira característica do planejamento, que observamos nesses conceitos, é que ele é um processo! Não se esgota em si mesmo. Está em constante “vir-a-ser”, resultante da dinamicidade da realidade e das próprias mudanças que ele produz durante sua execução. Portanto, é flexível.

A segunda característica é que, enquanto processo, ele guarda em si três operações básicas: reflexão, decisão, ação e avaliação/revisão¹.

Enquanto ato de reflexão e decisão, o planejamento pré-determina o que, por que, como, quando e com quanto fazer, bem como os obstáculos, as dificuldades e as barreiras.

Mas, o planejamento não é apenas um ato de reflexão e decisão. É também ação e revisão. O planejamento é uma idéia em ação! É comum incorrerem no erro de pensarmos o planejamento apenas como momento de elaboração quando se reflete e se decide sobre o trabalho a ser realizado. Isto nos leva a uma terceira característica do planejamento. Ele é vivenciado em três grandes momentos:

- Elaboração
- Execução
- Avaliação

Qualquer Plano, Programa ou Projeto, apenas tem sentido à medida em que for executado, e sua execução só tem sentido à medida em que for avaliada em um processo contínuo de relação dialética, de realimentação teórico-prática.

A quarta característica resgatamos de Baptista (1981, p. 13) quando afirma que o processo de planejamento guarda em si quatro dimensões básicas: a Racional, a Política, a Valorativa e a Técnico-administrativa.

E, finalmente, a quinta característica que gostaríamos de ressaltar é que o planejamento pode ser operacionalizado a partir de duas grandes concepções:

¹ Essas operações foram distinguidas por Francisco Whitaker Ferreira (1965) e citadas por Myriam Veras Baptista (1981)

- Tecnocrática
- Participativa

Dentro da proposta de ação do Serviço Social, sempre buscamos e incentivamos o planejamento participativo por considerarmos este mais coerente com nossas convicções políticas e profissionais, embora nem sempre isso seja possível, dentro do contexto das instituições onde atuamos.

A partir dessas características, percebemos que o processo de planejamento parte do estudo, reflexão e compreensão de uma determinada realidade, não isolando-a do contexto mais amplo que a condiciona e a determina. E esse estudo é realizado a partir da concepção de homem, mundo e sociedade que a equipe planejadora tem. Conforme a postura política e ideológica desta, a direção do processo estará mais voltada para o planejamento participativo ou tecnocrático.

Quanto ao aspecto metodológico, consideramos que o processo de elaboração do planejamento deve ocorrer, basicamente, a partir de quatro etapas:

1ª) Compreensão da situação conjuntural e institucional para obtermos clareza de onde e como estamos. É o conhecimento da situação real;

2ª) Definição do que queremos, estabelecimento do nosso alvo, da nossa utopia. É a configuração da situação idealizada;

3ª) Estabelecimento da distância entre o real e o desejado, apontando o diagnóstico; isto é, as dificuldades e obstáculos presentes que devem ser superados no sentido de alcançarmos o alvo estabelecido;

4ª) Definição do caminho a seguir, da programação que indicará os objetivos, as etapas, as atividades, os instrumentos...para a distância diagnosticada entre o real e o ideal ser superada.

Ressaltamos que, nesse processo, a avaliação é presença contínua, através de instrumentos, indicadores e meios pré estabelecidos.

Dessa forma, o planejamento estará expressando seu aspecto **operacional**: o que fazer, como fazer, com o que fazer.

Mas, fundamentalmente, seu aspecto **político-social**: para que fazer, por que fazer e para/com quem fazer.

A partir desses apontamentos, quando nos reportamos ao contexto do estágio supervisionado, podemos inferir que neste:

- Planejamento é sempre um processo a ser vivenciado em seus três momentos: elaboração, execução e avaliação, tendo um caráter primordialmente participativo, onde o supervisor técnico, o supervisor pedagógico e o estagiário são sujeitos fundamentais;

- Plano de Estágio deve expressar as diretrizes operacionais e político-sociais do estágio, observando-se, quando de sua elaboração, as quatro etapas metodológicas apontadas acima.

Mas, em se tratando do Plano de Estágio, reafirmamos que este traz em si o aspecto pedagógico, que deve ser explicitado tanto quanto o aspecto da ação a ser executada pelo estagiário na instituição campo de estágio. Não estamos falando de plano pedagógico de um lado e de plano de atuação de outro, como se no contexto do estágio estes pudessem ser pensados separadamente. A nossa proposta é da elaboração de um plano de estágio que contemple esses dois grandes aspectos que se complementam e interrelacionam viabilizando uma experiência construtiva para todos os sujeitos envolvidos no processo, incluindo neste também o usuário para quem a ação do estagiário se volta.

Nesse sentido, para concluir, apresentamos em anexo, uma sugestão de roteiro de Plano de Estágio, elaborado a partir dessas reflexões e de nossa prática como supervisora de estágio em vários campos, particularmente na área da Saúde e também da Criança e do Adolescente.

ANEXO

Roteiro para elaboração do Plano de Estágio

1. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Título
- 1.2. Projeto
- 1.3. Instituição
- 1.4. Estagiária(s) e Série(s)
- 1.5. Supervisor Pedagógico
- 1.6. Supervisor Técnico
- 1.7. Período previsto para a realização do estágio
- 1.8. Dias e horários do Estágio
- 1.9. Dias e horários da Supervisão

2. JUSTIFICATIVA / PROBLEMATIZAÇÃO

(Justificar a importância do trabalho a ser desenvolvido indicando as principais dificuldades e/ou defasagens tanto no aspecto pedagógico (voltado para o aluno) quanto no aspecto da atuação (voltado para a população usuário).

Sugestão de conteúdo:

- Caracterização geral da Instituição campo de Estágio
- Caracterização geral do Projeto (quando for o caso)
- Caracterização geral da população usuária
- Descrição sucinta da atuação do Serviço Social na Instituição
- Breve delimitação do perfil do estagiário (série, experiências anteriores, conhecimento da área, etc.)
- Dificuldades percebidas para o desenvolvimento do trabalho
- Quanto à dinâmica institucional, à proposta do Projeto, à atuação do Serviço Social, etc., na perspectiva técnica, política e administrativa
- Quanto às limitações pessoais e pedagógicas sentidas pelo estagiário.

3. OBJETIVOS:

3.1. PEDAGÓGICOS: *(voltados para o aluno)*

3.1.1. GERAL: *(Já definido pelo Curso de Serviço Social. O supervisor pedagógico repassa para o aluno no início do estágio)*

3.1.2. COMPORTAMENTAIS

Espera-se que até o final de 3 EST (410 e 411 para o turno matutino; 414, 415 e 416 para o turno noturno) o aluno esteja apto a:

(É definido pelo supervisor em conjunto com o aluno, a partir da problematização pedagógica explicitada na Justificativa, e do Programa já definido para 3 Est. 410, 3 Est. 411, 3 Est. 414, 3 Est. 415 ou 3 Est. 416.)

(É o que o estagiário deverá alcançar em termos de aprendizagem, naquele ano, dentro de seu processo de formação profissional)

3.2. DA AÇÃO PROFISSIONAL: *(voltado para a população usuária)*

3.2.1. GERAL:

(É o objetivo a ser alcançado com a atuação do Serviço Social, através da ação do estagiário, junto à população usuária).

(Geralmente já está definido pelo Sub-projeto de Atuação específico do Serviço Social vinculado a um Projeto e/ou Programa. Se não está definido, o estagiário, juntamente com o Supervisor Técnico deverão fazê-lo).

3.2.2. ESPECÍFICOS:

(É a decodificação do Objetivo Geral. Normalmente quando este já está definido, os específicos também estão. Caso contrário, deverão ser elaborados também)

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. QUANTO AOS OBJETIVOS PEDAGÓGICOS:

Os objetivos pedagógicos serão alcançados a partir dos seguintes momentos:

(Indicar as etapas / momentos pensados a partir dos objetivos comportamentais, item 3.1.2, indicando também as atividades e instrumentos para cada etapa.)

4.2. QUANTO AOS OBJETIVOS DA AÇÃO PROFISSIONAL

Os objetivos específicos serão alcançados a partir dos seguintes momentos:

(Indicar as etapas / momentos pensados a partir dos objetivos específicos, item 3.2.2, indicando também as atividades e instrumentos para cada etapa)

5. SISTEMA DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

(Indicar os instrumentos que serão utilizados para o controle da execução planejada, e também para a avaliação pedagógica e dos resultados obtidos junto à população usuária)

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(Indicada pelos Supervisores)

Data ____/____/____

Estagiário_____

Supervisor Técnico_____

Supervisor Pedagógico_____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENCAR. *Subsídios Complementares ao Planejamento Estratégico*. Caderno de Estudo. Recife, 1997.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento. Introdução à metodologia do Planejamento Social*. São Paulo : Moraes, 1981.

DALMÁS, A. *Planejamento Participativo na Escola*. Petrópolis : Vozes, 1994.

GANDIN, D. *A Prática do Planejamento Participativo*. Petrópolis : Vozes, 1995.

A PESQUISA-AÇÃO E A PRÁTICA DOS CONSELHOS

Profª Drª Vera Lúcia Tieko Suguihiro

O presente documento é o resultado parcial de um estudo que vem sendo realizado junto aos 39 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, pertencentes a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR) e Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, da região Norte do Paraná.

O projeto de pesquisa-ação tem por objetivo conhecer o processo de articulação dos diferentes Serviços de Atenção à população infanto juvenil, na busca da garantia da doutrina de proteção integral, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Este processo fundamenta-se na metodologia da pesquisa-ação, no contexto da prática dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, onde este estudo vem se concretizando.

Para tanto, se fez necessário criar mecanismos capazes de apreender a maneira como o conhecimento se constrói, explicar como os sujeitos históricos delineiam um “concreto pensado” e compreender como se extrai desse processo um conhecimento “novo”.

Assim, este estudo se pautou no pressuposto de que:

a partir da caótica e imediata representação do todo, o pensamento chega às abstratas determinações conceituais, mediante o retorno ao ponto de partida, desta vez, porém, não mais como ao vivo mais incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido. (Kosik, 1979, p. 29)

A teoria foi entendida como fonte iluminadora da ação, no sentido de conhecer para transformar. Segundo Vázquez,

“a teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais e efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação. (Vázquez, 1977, p. 206)

Buscou-se no saber teórico construído, os fundamentos para a sua compreensão e explicação. Na medida em que se foi explicitando os conteúdos dos fatos e dos dados apreendidos no contextos da prática, foram abrindo-se novos horizontes para novas aproximações.

Nesta perspectiva, a pesquisa-ação foi realizada por aproximações sucessivas, o que possibilitou apreender o movimento dialético do fazer e do saber.

Para responder a este desafio, se fez necessário, na primeira aproximação, a configuração da prática dos serviços voltados para o atendimento da criança e do adolescente, no âmbito do município.

Os dados foram obtidos através das Oficinas de Trabalho desenvolvidas com os Conselheiros de Direitos e Tutelares, integrantes do Forum Regional de Defesa da Criança e do Adolescentes das regiões da AMEPAR e AMUVI, envolvidos na pesquisa-ação. Foram ainda utilizados dados contidos em relatórios, avaliações e observações.

As Oficinas de Trabalho foram metodicamente planejadas de modo a permitir a discussão, análise e sistematização dos dados à luz de uma perspectiva teórica adotada, bem como, constituir-se no próprio espaço empírico para levantamento de dados, conhecimento e problematização das diferentes situações que envolvem a criança e o adolescente.

A operacionalização desta aproximação se caracterizou pelo encontro com o desconhecido. Isto significou ir além do discurso parcial, fragmentado, pela simples reprodução do já produzido, mas descobrir algo que ainda não foi compartilhado na construção

do saber. Deste modo, a ultrapassagem da totalidade parcial mais complexa se fez pela relação pensamento e realidade.

Assim, o que podemos evidenciar, é que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente propor a proteção integral, a ação da administração pública é ainda desarticulada, comportando-se de forma autônoma e isolada.

As políticas sociais básicas dos municípios, em sua totalidade, organizam-se de modo setorial, fundamentadas numa cultura centralizadora, burocrática, fragmentando as necessidades e as demandas da população.

Embora os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam constituídos paritariamente (representante da sociedade civil local e representante do governo local), com o poder de deliberar e controlar a política de atenção integral à população infanto juvenil, estes não têm conseguido mobilizar e articular os diferentes foros setoriais em torno de objetivos comuns: a defesa pelo atendimento integral e integrado à criança e ao adolescente.

A relação dos Conselhos Municipais com os demais setores das políticas públicas, tem sido vista como estranho no ninho municipal. O grau dessa estranheza pode ser entendido pelo fato de que sua existência demanda uma redefinição de funções de todo o aparato político-administrativo voltado à criança e ao adolescente, no âmbito municipal. Com o funcionamento dos Conselhos

o Judiciário perde suas atribuições sócio-assistenciais, o Legislativo perde o seu monopólio de representação da comunidade, o Executivo perde o seu papel de único formulador e fiscalizador das políticas públicas, e/os organismos filantrópicos perdem a autonomia de suas iniciativas assistenciais voltadas para a infância e adolescência. (Vogel, 1995, p. 330)

Conseqüentemente, estes mesmos Conselhos, mostraram-se, de certa forma, “assustados” com a nova função legal de deliberar sobre as políticas e de assumirem a instância controladora e ainda disporem de um fundo específico, (captador e aplicador) no âmbito da criança e do adolescente.

O “sentimento de perda” vivenciada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a “situação assustadora” vivenciada pelos Conselhos, tem sido um dos grandes entraves e equívocos na produção de resultados à problemática da criança e do adolescente.

Assim, romper com o peso de toda uma cultura política decorrente do período de autoritarismo que caracterizou a sociedade brasileira, o desafio para mudar a qualidade das relações é bem maior do que se supunha.

A segunda aproximação, na qual o processo da pesquisa-ação tomou mais corpo, teve como preocupação central resgatar, na própria ação cotidiana dos Conselhos Municipais de Direitos, as categorias particulares, empíricas, que dão movimento à sua atuação. Isto significou ir além da visão limitante e aparente da prática, exigindo a reconstrução do objeto da intervenção, que antes parecia descontínuo, dando-lhe uma dimensão histórica.

A operacionalização desta aproximação realizou-se a partir de duas formas de abordagem: uma, de natureza grupal, através de seminários desenvolvidas nas Oficinas de Trabalho, sempre buscando garantir a perspectiva da pesquisa-ação na sua totalidade, outra, através da supervisão, voltada para a reflexão sobre a particularidade enfrentada por cada Conselho.

Os seminários foram organizados com intuito de discutir temas que pudessem subsidiar a prática dos Conselhos (Direito e Tutelar), no sentido de instrumentalizá-los para o enfrentamento das dificuldades identificadas na sua atuação cotidiana. Os temas de interesse coletivo eram coordenados por profissionais com domínio teórico e prático sobre a questão da criança e do adolescente, sempre aliada a um texto teórico de apoio. À cada discussão era elaborada a síntese que, distribuída aos participantes, garantia o movimento dialético e totalizador do processo, servindo de base para um novo ponto de partida.

A relação entre os integrantes da Oficina de Trabalho era necessariamente horizontal, sendo respeitado o direito de cada um trazer seu “próprio passado e presente”, no sentido de não perder de vista a particularidade de cada trajetória.

Nesta aproximação, os participantes procuraram apreender as principais expressões concretas que emergiam de suas atuações, procurando superar o nível da aparência para imprimir uma direção crítica ao conjunto de suas práticas.

O momento da supervisão foi entendida enquanto espaço permanente de reflexão teórico-prática de cada Conselho, de forma a particularizar as diferentes experiências e situá-las na totalidade da pesquisa. Essa abordagem se fez na medida das necessidades.

Como resultado desta aproximação, as discussões concentraram-se sobre a capacidade e responsabilidade dos Conselhos Municipais em articular as políticas de atenção à criança e adolescente, de modo integral e integrada, no sentido de garantir resultados de impactos sociais.

A partir da Constituição Federal de 1988, coube aos Conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a deliberação e o controle social da Política e do Plano Municipal dos Direitos da criança do adolescente, devendo ser implementada de modo democrática e participativa.

No entanto, as práticas dos Conselhos têm se mostrado fragmentárias e descontínuas. Os poucos “ganhos” ainda estão revestidos de retrocessos e os seus resultados têm sido inócuos e processados em um terreno minado por práticas autoritárias e excludentes.

Assim, com base nas reflexões e discussões das ações cotidianas dos Conselheiros Municipais e Tutelares, sistematizadas nas Oficinas de Trabalho, pode-se identificar questões substanciais nas práticas dos Conselhos, relacionada com a perda da perspectiva da intersetorialidade das políticas públicas na garantia da atenção integral e integrada à criança e do adolescente:

- a) falta de clareza das reais funções e atribuições dos membros dos Conselhos Municipais;
- b) dificuldade no relacionamento entre os representantes do poder público e da sociedade civil, principalmente no que tange à participação efetiva de seus representantes;

- c) Ausência de princípios, diretrizes e metodologia de trabalho, dificultando o direcionamento das ações de modo a embasar as práticas dos Conselhos Municipais;
- d) Omissão, por parte do poder público, no processo de consolidação do Conselho, dificultando a articulação tanto da sociedade civil, quanto do poder público, na estruturação/reestruturação dos Conselhos;
- e) Alta rotatividade dos representantes dos Conselhos Municipais, prejudicando o processo de continuidade dos trabalhos e tomadas de decisões, desqualificando o caráter de representatividade dos Conselheiros;
- f) Ênfase em ações pontuais e isoladas, perdendo de vista a perspectiva da proteção integral à criança e adolescente;
- g) Falta de clareza, por parte dos Conselheiros em estabelecer a diferença entre o papel do Estado e da Sociedade Civil.

O que podemos observar é que a descrença na capacidade da população em tomar decisões políticas e transforma-las em práticas sociais efetivas tem levado os governantes a “convidar” a população para contribuir com sua energia, seu tempo e com seu esforço na execução de atividades de interesse do poder constituído.

Estas indicações vão exigir de todos os Conselheiros a tomada de consciência de que a representação necessita de um esforço coletivo (governo e sociedade civil) com a intenção clara de privilegiar o interesse público, fundamentado no princípio da transparência e ações articuladas, na busca de condições de atendimento às necessidades reais e integrais da criança e adolescente para a garantia da sua cidadania.

Esta nova forma de relação entre Estado e Sociedade Civil vem desenhando aos Conselhos Municipais e Tutelares um modo diferente de gestão:

- a) capacidade de promover a interlocução com os diversos segmentos envolvidos com as políticas públicas;
- b) investimento nas ações que fomente a capacidade propositiva da sociedade;

- c) incorporação de práticas que assegurem a circulação de informações;
- d) criação de fluxo de relações entre os diferentes atores prestadores de serviços, de modo a garantir maior articulação dos serviços;
- e) construção de um novo conceito de rede de serviço como fonte estratégica de administração do fazer público e privado.

A terceira aproximação está sendo operacionalizada mediante a ampliação do horizonte de informações dos participantes, em função da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos para atender a nova concepção de gestão social.

Romper com modelo tradicional de administração pública, centralizador, hierárquico, com normas rígidas e burocráticas é um desafio.

A adoção de um modelo de gestão social flexível, horizontal, com capacidade de promover a negociação, a interlocução e a participação dos diferentes segmentos nas decisões e ações das diversas políticas públicas, está exigindo, tanto das instituições públicas, quanto da sociedade civil uma mudança de mentalidade e de valores culturais no que se refere a partilha de poder.

O que a pesquisa-ação vem evidenciando de modo significativo é a falta de consciência dos Conselheiros sobre a força que detém na condução da política de atenção à criança e ao adolescente a nível local, regional e nacional. Não conseguiram ainda situar a sua posição na sociedade.

Os Conselhos não conseguiram se desvencilhar das práticas autoritárias e impositivas por parte daqueles que detém o poder.

Na maioria das vezes, os Conselheiros são obrigados a ceder à vontade dos dirigentes para desenvolver suas ações. O que se estabelece é uma luta desigual entre aqueles que tem por finalidade a implementação de novas práticas e culturas para construção da cidadania, e daqueles que querem

manter o “status quo”, minando toda e qualquer iniciativa que ameace a divisão do poder.

Assim, os Conselheiros tem sentido dificuldade para a incorporação do seu novo papel de sujeitos políticos, não conseguindo apropriar-se dos mecanismos da esfera governamental, limitando o seu horizonte entre ações pontuais/emergenciais e decisões de segunda classe.

No entanto, para Maria da Gloria Gohn,

“o novo projeto comunitário a ser construído deverá ter grande preocupação com a formação de quadros. A prática tem demonstrado que apenas a experiência cotidiana não basta para produzir um bom cidadão. Ele também precisa dominar acervos de conhecimentos historicamente acumulados. Ou seja, tão só a prática, sem teoria, não há avanços. (Gohn, 1991, p. 20)

Assim, o processo de construção e reconstrução de conceitos e práticas constitui-se na expressão da metodologia adotada, uma vez que a pesquisa-ação se constrói nesse vai e vem constante entre reflexão-ação-análise-síntese. Deste modo, os processos e os resultados são sempre considerados provisórios, ou seja, sempre vão sendo incorporados às novas reflexões, no intuito de ampliar o horizonte do conhecimento e novas estratégias de ação.

Nesse processo, essa intenção será concretizada através de capacitação continuada dos Conselheiros (quarta e as seguintes aproximações) mediante aquisição de novos conhecimentos e práticas que deverão ser incorporadas através das reflexões que vão se efetivando como parte do movimento de análise e avaliação das ações desenvolvidas e dos resultados obtidos.

No final deste desafio, através da sistematização dos conhecimentos construído, fica a proposta de produzir, em uma linguagem pedagógica, um determinado tipo de saber, com significados que estimulem à multiplicação, à recriação de diferentes formas e alternativas da população em desenvolver ações em conjunto com o governo municipal, reconstruindo a relação entre Estado e Sociedade Civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESTEVES, A.J. A investigação-ação. In: Metodologia das Ciências Sociais. , Porto-Portugal : Afrontamento, 1986, Biblioteca da Ciências do Homem.
- GOHN, M.G. As relações sociedade civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. Rev : *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 1991.
- HURTADO, C. N. *Educar para transformar - transformar para educar*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1993.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. Rev. *Serviço Social e Sociedade*, n. 52, ano XVII, dez. 1996.
- MOTTA, P.R. *Gestão contemporânea: a arte e a ciência de ser dirigente*. Rio de Janeiro : Record, 1991.
- SUGUIHIRO, V.L.T. O cotidiano e a vida profissional. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado). PUC-SP.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo : Cortez, 1996.
- VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto: Propostas e vicissitudes da Política de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo. In: A ARTE de Governar Crianças. Rio de Janeiro : Instituto Interamericano Del Niño Editora Universitária Santa Úrsula Amais, 1995.

AS NOVAS TENDÊNCIAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, E O SEU REBATIMENTO NO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REGIÃO DE LONDRINA

Dr.^a Ana Carolina Santini B. de Abreo (coordenadora)*
A. S. Maria Márcia Avelar T. Crusiol (colaboradora externa)
Adriana de Oliveira (colaboradora acadêmica)
Elisângela Ap. Cóis Ferreira (colaboradora acadêmica)
Lucilene Cristiane dos Santos (colaboradora acadêmica)
Renata Mendes Ribeiro (colaboradora acadêmica)
Santiago José A. Santini (colaborador acadêmico)

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade, num primeiro momento, apresentar e confrontar os resultados parciais obtidos entre duas pesquisas realizadas no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. A primeira foi realizada em 1994/1996, intitulada: “Perspectiva do Mercado de Trabalho e a Formação Profissional do Assistente Social” que em decorrência de seus resultados obtidos proporcionou o desenvolvimento de uma nova pesquisa no ano de 1997, que ainda está em andamento, intitulada : “As Questões Sociais Contemporâneas e as Demandas da Profissão Frente a Reconstrução do Projeto de Formação do Assistente Social”. Já num segundo momento, apresentaremos os resultados parciais desta pesquisa em andamento, examinando algumas mudanças que estão ocorrendo no espaço profissional do Serviço Social.

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em sua gestão (93/95), estabelece como projeto

* Assistente Social, professora-associada do Departamento de Serviço Social da UEL, Doutora pela USP.

prioritário a revisão de currículo mínimo dos cursos de Serviço Social, tendo em vista as transformações sociais das últimas décadas, que demandam novas formas de apreensão e intervenção na realidade social.

Nesse sentido, em nossa Unidade de Ensino, os estudos sobre a formação profissional do assistente social adquirem especial relevância. Neste momento o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), está debatendo o novo currículo pleno, considerando também os desafios das grandes mudanças que estão ocorrendo no mundo e na sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, a pesquisa objetiva reconhecer as demandas reais e emergentes de Serviço Social, articulada ao mercado de trabalho, identificando-as a partir das mudanças no movimento do capital, do trabalho e do próprio Estado, considerando as mediações existentes nessas relações.

A investigação de cunho exploratório realizou-se através dos modos qualitativos e quantitativos. Na primeira pesquisa que teve seu término em 1996, foram analisadas 33 organizações públicas e privadas e entrevistados 120 profissionais. Na pesquisa atual, foram entrevistados por uma amostra estratificada 40% dos profissionais de Londrina e os dados foram analisados pelo sistema SAS de Estatística e as perguntas abertas por análise de conteúdo.

COMPARAÇÃO DE DADOS ENTRE 1995 E 1998

Os gráficos que apresentaremos são comparativos, e visam confrontar dados coletados entre os anos de 1995 e 1998:

01. Conclusão de Graduação

Gráfico 1

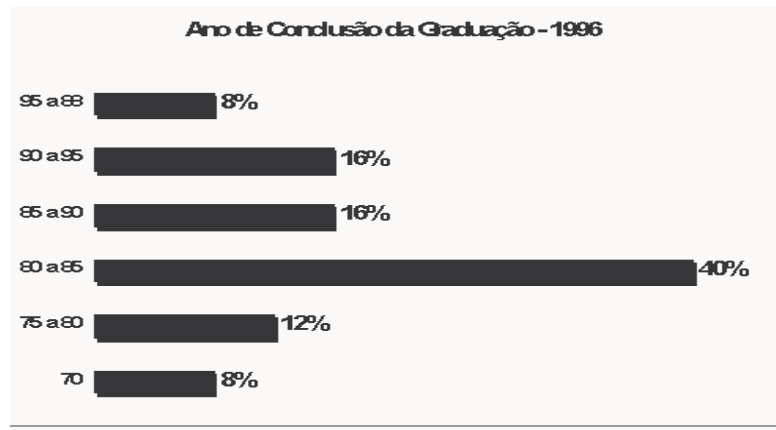
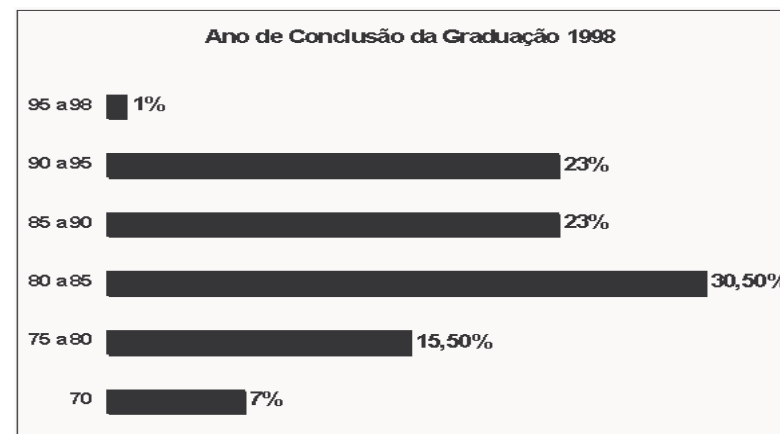


Gráfico 2



Segundo análise comparativa podemos examinar que existe uma diferença no segmento dos profissionais recém formados. Se no ano de 1996, tinha somente um 1%, hoje devido a vários concursos realizados na região, podemos visualizar o ingresso dos recém formados, 8% no mercado de trabalho. A partir destes dados podemos inferir que há uma tendência à expansão do mercado de trabalho para os recém graduados em nosso contexto regional.

02. Nível de Pós-graduação

Gráfico 3

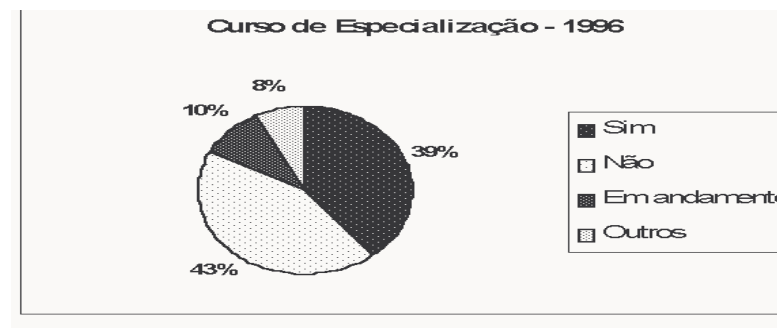


Gráfico 4

Em 1998, constatamos que 20% dos profissionais estão cursando especialização, significando um acréscimo de 10% em relação a 1996. Notamos uma tendência à busca de qualificação profissional em nível de especialização.

03. Média de Salários

Gráfico 5



Gráfico 6

Comparando os salários dos profissionais entrevistados nos anos de 1996 e 1998, observamos que atualmente estão sendo melhor remunerados, porém, ainda persistem faixas salariais inferiores a 5 salários mínimos

04. Perspectivas de Contratação de Assistentes Sociais.

Gráfico 7

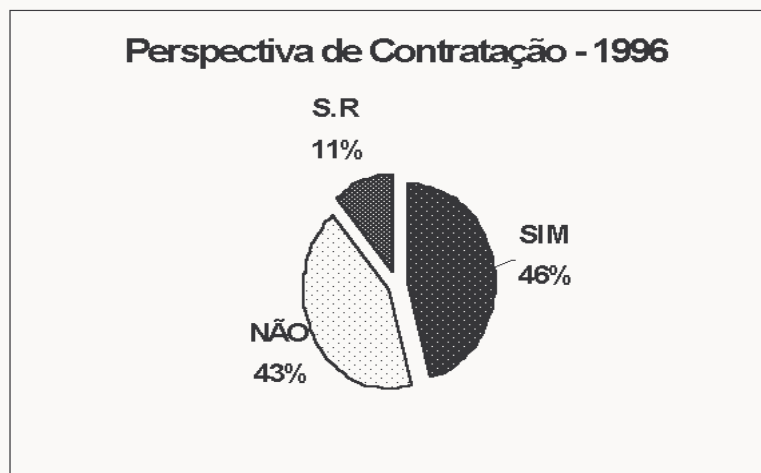


Gráfico 8

Na pesquisa de 1996, segundo os gráficos, 45,7% dos entrevistados responderam que existia perspectiva para contratação de mais profissionais e em 1998, 44% afirma que há perspectivas para contratação de mais profissionais de Serviço Social.

05. Dificuldades no Exercício Profissional

Gráfico 9

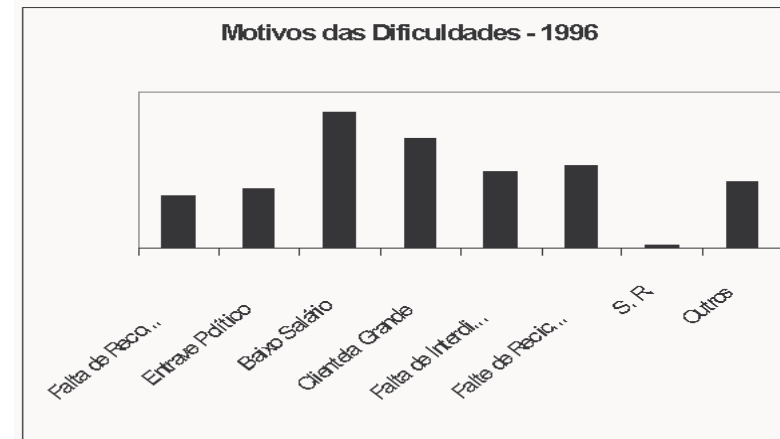


Gráfico 10

Os dados de 1996, demonstram que o principal motivo das dificuldades profissionais foram os baixos salários com 61,1% das respostas obtidas, já em 1998 essa situação representou apenas 20% das respostas, pois a principal causa apontada nesta última pesquisa foi a grande clientela, significando 44% das respostas.

06. A Informática na Prática Profissional do Assistente Social

Gráfico 11

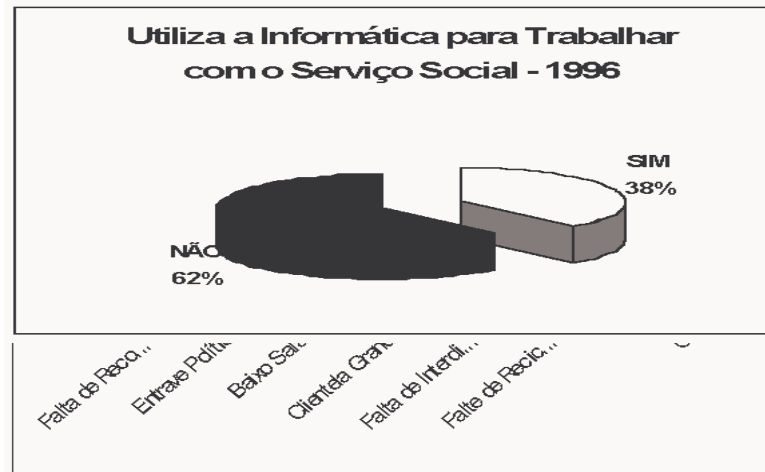


Gráfico 12

No ano de 1996, 38% dos profissionais entrevistados utilizavam a informática para trabalhar com o Serviço Social. Já em 1998, temos um aumento significativo de 22% em relação a 1996, totalizando 60% de profissionais que a utilizam em suas práticas cotidianas.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E MUDANÇAS NO ESPAÇO PROFISSIONAL REGIONAL

Vamos apresentar a seguir, os resultados parciais da pesquisa realizada junto aos assistentes sociais de Londrina no ano de 1998. Esta pesquisa abrangeu 40% dos profissionais desta região, tendo em seu universo de entrevistados; assistentes sociais da esfera pública, privada e filantrópica.

As categorias que se apresentam com enumerações 07, 08, 09 e 10 referem-se à formulação de perguntas abertas (dissertativas), que possibilitaram aos entrevistados discorrer sobre:

- a) as mudanças no espaço profissional;
- b) novas exigências do mercado de trabalho;
- c) programas gerados pela demanda; e
- d) expansão do mercado de trabalho regional.



07. Mudanças no Espaço Profissional

Do universo de profissionais entrevistados, 88% mencionou que as alterações no espaço profissional advém das mudanças nas políticas sociais. O segundo percentual com 36% das respostas, refere-se ao crescimento das demandas dos usuários, destacando-se a dificuldade dos assistentes sociais no atendimento dessa crescente demanda na área de Assistência Social.

O terceiro percentual, com 32%, assinala as mudanças no “mundo do trabalho”, mencionando o aumento do desemprego, o crescimento do trabalho informal, a diminuição dos salários, a não estabilidade no emprego, a flexibilização do trabalho, a terceirização e a privatização.

O quarto percentual, com 20 %, dá enfoque ao aumento da miséria associado ao crescente nível de pobreza da população em virtude do desemprego. Para um segmento menor (12% dos entrevistados) não houve mudanças no espaço ocupacional cotidiano.

Em síntese, a maioria dos profissionais afirma que houve alterações em suas práticas profissionais, devido ao aumento quantitativo da demanda e conseqüente adequação às condições impostas pelas mudanças políticas e sociais.

08. Conhecimentos e Habilidades Relevantes para a Atuação Profissional Frente as Novas Exigências do Mercado de Trabalho

Do total de profissionais entrevistados, as respostas com maior percentual (44%), e dizem respeito à três categorias distintas, que por sua vez apresentam a mesma porcentagem. A primeira refere-se à **informática** como um requisito fundamental à prática cotidiana dos profissionais de Serviço Social. Nota-se que a importância da informática é ressaltada tanto nas organizações da esfera pública como nas da esfera privada.

A segunda categoria, também com índices percentuais de 44%, é relacionada às **atribuições profissionais**. Os

entrevistados dão ênfase às ações coletivas e ao abandono do individualismo, bem como ao conhecimento da lei que regulamenta a profissão.

Classifica-se como terceira categoria de análise, com o mesmo percentual: a **formação profissional**. Os entrevistados fazem alusão aos conhecimentos teóricos destacando a metodologia, a sociologia, a antropologia e as demandas do mercado de trabalho. Contudo, faz-se primaz, a proficiência em línguas estrangeiras, investimentos na formação profissional e embasamentos teóricos para práticas conscientes.

A administração e gerenciamento de serviços aparecem com índices percentuais de 40%, enfocando com maior destaque as habilidades para os relacionamentos interpessoais com equipes e com a comunidade.

Na área de saúde, enfatiza-se a qualidade total e a capacitação em recursos humanos, constituindo-se como requisitos necessários para o ingresso no mercado de trabalho.

Com índices percentuais de 28%, foi considerada pelos entrevistados como habilidade relevante à atuação profissional a análise de conjuntura (ressaltada nas organizações públicas e filantrópicas) e os conhecimentos sócio-econômicos.

No que se refere às políticas sociais, 24% dos entrevistados mencionam a necessidade de conhecê-las, bem como informar-se sobre a legislação trabalhista e previdenciária.

O menor percentual (12%), alude-se ao planejamento, que para os entrevistados constitui-se um requisito necessário tanto para a execução de projetos profissionais no âmbito das organizações, quanto à atuação nos meios institucionais.

09. Expansão do Mercado de Trabalho Regional

Dentre os profissionais entrevistados, 40% acredita que há uma expansão do mercado de trabalho peculiar da região, devido à valorização profissional por parte dos empregadores e ao aumento do número de usuários (demanda) do Serviço Social.

Todavia, 32% dos entrevistados considera que o mercado de trabalho permanece estável, entretanto, não deixam de mencionar que acreditam em um aumento de contratações do assistente social na área pública, decorrente da implantação e implementação do Serviço Social nas prefeituras regionais.

Para 16% há uma diminuição do mercado de trabalho em virtude da fragmentação das políticas sociais e privatização dos serviços.

10. Implantação e Implementação de Programas Advindas das Novas Demandas dos Usuários.

Um maior índice percentual de respostas obtidas (24%), diz respeito à programas de capacitação com funcionários, estresse organizacional, qualidade de vida, e projetos para portadores de necessidades especiais.

Outro segmento (20%), refere-se às ações de saúde tanto em empresas que destacam o trabalho com hipertensão e HIV como em outras atividades de caráter preventivo.

Em um terceiro percentual, com 16%, aparece a área de Família, onde os profissionais ressaltam o trabalho com os filhos dos funcionários, com os casais pretendentes à adoção e com a geração de renda.

Com um percentual de 12%, é assinalado pelos profissionais entrevistados os serviços com a comunidade. Dentro deste mesmo percentual destaca-se o trabalho em grupo, onde é apontado pelos profissionais: as reuniões, discussões, trabalho com sócioterapia e a interdisciplinidade.

Do total dos profissionais entrevistados 8% aponta a Qualidade Total e a satisfação do cliente como fator relevante. Ainda neste mesmo segmento percentual foi apontado também a necessidade de intervir junto à terceira idade e à pré-aposentadoria.

Considerações finais

Os primeiros indicativos aqui expostos, possibilitam identificar a necessidade de dar continuidade aos estudos, para que subsidiem a reestruturação curricular e contribuam ao processo de reconstrução profissional dos Assistentes Sociais frente à contextualidade vigente.

É importante destacar algumas mudanças no espaço ocupacional de Serviço Social, apresentadas neste relatório, é relevante em nosso contexto a utilização da informática para o trabalho cotidiano do assistente social. Nota-se que 60% dos profissionais entrevistados em 1998, se utilizam do computador para suas intervenções diárias (vide gráfico 11). Podemos enfatizar portanto, que o chamado 'mundo da informação' este ocupando o espaço peculiar da região londrinense.

No entanto, se por um lado o universo de profissionais entrevistados aprimora a execução de suas tarefas cotidianas através da informática, por outro lado os mesmos assinalam que ainda persiste um crescimento quantitativo das demandas dos usuários, a falta de priorização das políticas sociais e a ausência de um compromisso do Estado com as necessidades da população.

Podemos constatar também, que com o crescimento da economia, o mercado de trabalho regional se ampliou para o Serviço Social, principalmente nas instituições do Estado, porém ainda permanece implícito na sua base a segmentação decorrente da fragmentação das políticas sociais desenvolvidas pelas instituições, dimensificando-se, a base de recrutamento de profissionais de Serviço Social.

Em suma, nos últimos anos, grandes mudanças estão acontecendo na sociedade brasileira e nas organizações, sejam elas governamentais, não governamentais ou empresas. Essas mudanças, como a tendência à privatização, à terceirização dos grandes setores, a grande revolução do setor das comunicações e da tecnologia e a globalização da economia, estão permeando o espaço regional de Serviço Social. Portanto é fundamental avaliar o impacto que estão provocando essas mudanças, para tecer considerações sobre sua repercussão na prática profissional e na

realidade social, para delinear em conjunto com a categoria profissional, novas diretrizes no curso de Serviço Social da UEL.

BIBLIOGRAFIA

ABESS, Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional.

ABESS/CEDEPESS/ENESSO

ABREO, Ana Carolina Santini. (Coord.). *Relatório final da pesquisa: Perspectiva do mercado de trabalho e a formação do profissional de Serviço Social, região metropolitana de Londrina*. Londrina : UEL, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 78-86, Abr. 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 50, p. 9-39. Abr. 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza, 1997.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao Neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 53, p. 102-125, mar. 1997.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo : Cortez. 1996, p. 15-65.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1991.

GRUPO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA ÁREA DA SAÚDE DE LONDRINA-GRASS: HISTÓRICO DE UMA REPRESENTATIVIDADE

Maria Lúcia Maximiano Medina-Presidente do GRASS

Clair Aparecida Pavan

Rosa Yoko Okabayashi-Tesoureira do GRASS

Cléa Marise Ferreira Brizola

Elisa Yukie Shiki Ichikawa

Introdução

O Assistente Social ao ser reconhecido oficialmente como um dos profissionais de saúde, ao lado de Médico, Dentista, Fisioterapeuta e outros, conforme a Resolução nº 218 do Ministério da Saúde, tem a sua atuação legitimada e vem consolidando o seu espaço enquanto integrante de uma equipe multidisciplinar nesta área. Assim sendo, o Grupo de Assistentes Sociais da Área da Saúde de Londrina, representando hoje quarenta e quatro profissionais de dezenove instituições, assume um papel significativo na prestação de serviços à população de Londrina, fazendo parte na condução da própria história do Serviço Social desta cidade. Nesta perspectiva, o Grupo relata a sua experiência e evolução ao longo dos últimos onze anos.

Desenvolvimento

Em 1987, preocupadas com a Crise Nacional afetando principalmente a área da saúde, as Assistentes Sociais do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná de Londrina, tiveram a iniciativa de realizar um Encontro de Assistentes Sociais da Área da Saúde, com o objetivo de conhecer os trabalhos desenvolvidos por outros profissionais, acreditando que uma das formas de enfrentamento dos problemas oriundos desta crise, seria a troca de experiências, por sentirem na prática diária os reflexos sociais desta questão.

Assim, em 28 de novembro do mesmo ano, realizou-se no anfiteatro do Hospital Universitário um **Encontro Local de Assistentes Sociais da Área da Saúde**, contando com a participação dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social (PML); Hospital Antonio Prudente (ICL); Centro de Saúde-17^a. Distrito Sanitário(atual 17^a. Regional de Saúde) e o extinto Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), sendo este, aberto à Profissionais de Serviço Social, Estagiários e Alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Tal evento marcou o início do **Grupo de Assistentes Sociais da Área da Saúde de Londrina-GRASS** contando na época com 18 Assistentes Sociais.

Como consequência das ações deste grupo realizou-se no período de 01 à 03 de Dezembro de 1988, o **I Encontro Regional de Assistentes Sociais da Área da Saúde**, contando com a participação de profissionais de todo Estado. Os temas deste evento foram: **“A política Nacional de Saúde e Prática do Serviço Social”** e **“Hospital de Retaguarda: Uma Análise Social”** com palestras proferidas por duas Assistentes Sociais de São Paulo, profissionais da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo e INAMPS.

Ao final deste Encontro, uma das propostas levantadas foi a necessidade de uma constante discussão da prática profissional nesta área.

A partir disso, efetivamente os Assistentes Sociais da Área da Saúde passaram a reunir-se quinzenalmente para intensificar tais discussões e sistematizar suas ações. O objetivo principal era de formar um grupo representativo e de estudos, para discutir amplamente a questão Saúde-Doença, buscando novas estratégias de intervenção.

Em 1990, o grupo contava com 16 Assistentes Sociais das seguintes instituições: Hospital Evangélico de Londrina, Irmandade Santa Casa de Londrina; Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP); Hospital Antonio Prudente (ICL); Hospital Dr. Anísio Figueiredo-Zona Norte; Hospital Dr^o. Eulalino Inácio de Andrade-Zona Sul; Clínica Psiquiátrica Colina Verde; INAMPS; 17^a. Regional de Saúde e Centro de Saúde.

Apesar da grande representatividade por parte dos profissionais, o grupo não era reconhecido oficialmente, sendo que somente em 1994, foi aprovado o Estatuto do Grupo de Assistentes Sociais da Área da Saúde de Londrina-GRASS, que por sua vez, subsidiou a sua regulamentação em 18 de dezembro de 1995.

Nesta época, o grupo contava com 17 Assistentes Sociais de 11 instituições de Saúde do Município.

Com a sua regulamentação, o grupo passa a ampliar seus espaços através de ações integradas com outros órgãos e instituições da comunidade, formalizando assim, o seu caráter representativo.

Em 22 de março de 1996, o GRASS em parceria com CRESS-Conselho Regional de Serviço Social, observando as novas demandas do Serviço Social promoveu um evento com tema: “**Serviço Social Rumo a Excelência-Desafio de Uma Prática Inovadora**”, proferida pela Assistente Social Suzan Alberttoni de Curitiba-Paraná, direcionado à Profissionais da Área, Estagiários e Alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), obtendo um grande número de participantes de todo o Estado, cuja avaliação final foi a importância do mesmo como contribuição significativa para prática profissional.

A importância do papel do Assistente Social nas ações de Saúde à nível Municipal, Estadual ou Federal, é consolidada quando passa a ser reconhecido como um dos treze profissionais de Saúde de Nível Superior, através da Resolução nº 218 de 06 de Março de 1997, homologada pelo Ministro da Saúde como **Decreto de Delegação de Competência**.

Na área da saúde, o Assistente Social se insere na equipe enquanto um profissional que articula o recorte do social, tanto no sentido de promoção da saúde, bem como da identificação das causalidades das formas de adoecer, buscando assim, a participação do usuário como sujeito no processo de tratamento, envolvendo a família, as instituições e a própria sociedade.

O Assistente Social tem como competência, intervir junto à fenômenos sócio culturais e econômicos que reduzem a

eficácia dos programas de prestação de serviços de saúde, seja na promoção, proteção e/ou recuperação da saúde.

É importante destacar que trabalho em equipe multi e interdisciplinar é uma conquista significativa do Assistente Social, sendo que na prática, o parecer social é imprescindível como instrumento para o diagnóstico e tratamento eficaz do usuário, considerando que este profissional vê o homem na sua totalidade, valorizando sua história de vida, aspectos culturais, questões sociais e familiares.

Dentre as funções do Assistente Social na área da Saúde, destacam-se:

- Assessoramento técnico na elaboração de planos, programas e projetos da área social;
- Intervenção social à nível individual, grupal ou comunitária;
- Desenvolvimento de ações educativas visando o engajamento da população nas questões da saúde;
- Prestação de serviços concretos e imediatos ao usuário, mediante problemas detectados;
- Realização de pesquisa social para levantamento de dados concretos da realidade social;
- Ensino e supervisão a estudantes do curso de Serviço Social;
- Desenvolvimento de ação comunitária, visando a participação da sociedade civil nas instâncias de decisão e execução dos programas de saúde, especialmente no que tange ao controle social.

Com base nas funções descritas acima, o GRASS em 1997 participou de forma significativa da **V Conferência Municipal de Saúde de Londrina**, consolidando seu espaço representativo e tendo um papel importante nas conquistas sociais e de saúde do Município.

Participou também, da **III Conferência Estadual de Saúde**, o que contribuiu para que a categoria conquistasse uma cadeira no Conselho Nacional de Saúde.

Preocupados também, com o crescente número de atendimento à familiares dos usuários, envolvendo-os no

tratamento, o GRASS apoiou a Divisão de Serviço Social do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, na promoção do evento: “**Conhecendo e Conversando com Famílias**”, tendo como palestrante a Assistente Social Dr^a. Ada Pellegrini Lemos da PUC de São Paulo, ocorrido no dia 14 de agosto de 1998, que contou com a participação de profissionais de todo Estado do Paraná e de São Paulo.

O GRASS, oportuniza aos profissionais um intercâmbio institucional importante, viabilizando um canal de informações na área, facilitando a atualização das ações em saúde através de discussões e troca de experiências. Propicia também, uma parceria significativa entre as instituições, o que contribui para a elevação da qualidade do atendimento à população.

Conclusão

O grupo de Assistentes Sociais da Área da Saúde de Londrina (GRASS), pela sua atuação e mobilização enquanto categoria profissional, ocupa hoje um prestígio junto a outros órgãos e instituições do município, tendo um papel catalizador nas questões referentes ao Setor Saúde e Social de Londrina, além de ser um espaço de reflexão à respeito das conseqüências da Crise Nacional e Internacional que afetam diretamente a saúde da população brasileira, seja com relação a redução dos recursos financeiros da área, ou com relação ao índice de desemprego que desencadeia o processo de miserabilidade crescente da nossa população.

Hoje, o profissional de Serviço Social tem funções muito mais abrangentes, pois as demandas vêm se modificando e o GRASS, além de propiciar aos Assistentes Sociais discussões importantes de questões cotidianas, canaliza sua atuação na construção de uma sociedade mais justa e também no resgate da cidadania da população, no acolhimento, na orientação e na conscientização da necessidade de se lutar pela garantia de seus direitos básicos.

Os profissionais se reúnem mensalmente, cada mês em uma instituição, dando oportunidade para que todos participem.

O Grupo conta atualmente com (44) quarenta e quatro profissionais das seguintes instituições: Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HRNPR); Ambulatório do Hospital de Clínicas (HRNPR); Hospital Antonio Prudente (ICL); Hospital Dr^o. Anísio Figueiredo-Zona Norte; Hospital Dr^o. Eulalino Inácio de Andrade-Zona Sul; Irmandade Santa Casa de Londrina; Hospital Evangélico de Londrina; Autarquia Municipal de Saúde (PML); Programa de Internação Domiciliar; Clínica Psiquiátrica Londrina; Clínica Psiquiátrica Vila Normanda; Clínica Psiquiátrica Maxwell-Hospital Dia; Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS); Centro de Atendimento Psicossocial-Criança e Adolescente (CAPS-CA); UNIMED de Londrina; Central Regional Norte de Transplantes; Centro de Referência Dr^o. Bruno Piancastelli Filho; 17^a. Regional de Saúde e Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio-Paranapanema (CISMEPAR).

O Grupo também propicia, abre espaço e convida outros profissionais para discussões sobre temas atuais, tanto Sociais, quanto da Saúde que envolvem os profissionais, a população e o município como um todo, além de se tornar referência para instituições de outros segmentos que solicitam espaço para discussão.

BIBLIOGRAFIA

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na Transição para o Próximo Milênio. *Serviço Social & Sociedade*, v. 19, n. 57, p. 133-148 - jul.1998.

BRASIL. Lei nº8.662, de 08 de junho de 1993. Estabelece as Competências do Assistente Social. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 08 jun.1993.

BRASIL. Resolução nº218, de 06 março de 1997. Dispõe sobre o reconhecimento como profissionais da saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 06 mar. 1997.

LONDRINA. Grupo de Assistente Sociais da Área da Saúde de Londrina. *Estatuto do Grupo de Assistente Sociais da Área de Saúde de Londrina-Paraná*. Londrina, 20 dez. 1995.

UMA NOVA DIMENSÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

*Gláucia Celestino Reis
**Adriana Massaro Carraro

INTRODUÇÃO

A história da Medicina revela as experiências de transplantes com doador cadáver desde o início do século XX. E, hoje, a cada dia se eleva o número de pacientes candidatos a receber um órgão como : córneas, pulmão, coração, rim, fígado, ossos, e medula óssea, para salvar sua vida ou melhorar sua qualidade de vida.

Durante muitos anos, a questão doação de órgãos para transplantes, no Brasil, foi mantida sem regulamentação, especialmente, uma lei que incentivasse a doação, sem ferir o direito de escolha e privacidade da família do potencial doador. Em resposta a esta demanda, foi criada e promulgada em 04 de Fevereiro de 1997, a lei n.º 9.434 que dispõe sobre a doação gratuita de órgãos e tecidos para transplantes com finalidade terapêutica. No decorrer de seus artigos, encontra-se, de forma clara, o controle e fiscalização sobre as doações de órgãos, coibindo o comércio dos mesmos. Ainda é considerado ilegal a retirada de órgãos sem o consentimento presumido do potencial doador quando em vida, garantindo, desta forma, o direito à opção em ser ou não doador de órgãos e tecidos “pós-mortem”.

As Centrais de Transplantes, sempre ouviram a opinião e decisão dos familiares do potencial doador para a autorização de retirada de órgãos. Entretanto, na referida lei, não fora outorgado à família o direito de escolha sobre doar ou não os órgãos de seu ente. Por esta razão, no primeiro ano de implantação da lei, o Conselho Federal de Medicina pronunciou-se para revisão da participação da

* Assistente Social da Central de transplantes Regional Norte – Londrina.

** Estagiária de Serviço Social da Central de Transplantes Regional Norte-Londrina.

família neste processo. Diante desta intervenção, hoje já se aguarda a promulgação de nova regulamentação que permite aos familiares do potencial doador, esta tomada de decisão, independente da vontade do potencial doador quando em vida.

É este envolvimento familiar que iremos descrever neste trabalho. Pretendemos relatar algumas vivências do nosso cotidiano, no momento da abordagem à família e os resultados de nossa intervenção, enquanto assistentes sociais.

Vale salientar a conquista do Assistente Social em ocupar este espaço no grupo multiprofissional, que atua nas Centrais de Transplantes Estaduais, haja vista, seu preparo teórico científico que proporciona ao profissional o perfil necessário para atender a esta demanda. Pode-se considerar de fundamental importância a auto-avaliação, revisão de seus pré-conceitos acerca do tema “morte e doação de órgãos”, além da necessidade indispensável de equilíbrio emocional para os entraves decorrentes do confronto com os familiares do potencial doador. Neste aspecto, o assistente social precisa ter claro para si, sua compreensão sobre a morte, e os seus reflexos sobre a dinâmica familiar, e levar sempre em consideração os postulados do Serviço Social, quanto ao respeito e dignidade da pessoa humana e considerar o conhecido “não envolvimento” sem que se torne um profissional frio e insensível à dor desta família que perdeu seu ente.

Assim sendo, cabe ao assistente social, a função de acompanhar a família do potencial doador para esclarecer suas dúvidas, refletir sobre a importância da doação de órgãos e permitir a ela a escolha voluntária em doar ou não os órgãos de seu ente.

Portanto, um dos objetivos do Serviço Social é contribuir para o aumento da captação de órgãos, seja de forma direta, através da abordagem familiar, ou de forma indireta, através de ação educativa em grupos comunitários.

Desenvolvimento das Ações

A intervenção do assistente social inicia-se quando a Central de Transplantes recebe a notificação de morte encefálica (morte

cerebral). Neste momento, a Central entra em contato com o assistente social, ou enfermeiro do Hospital onde está o potencial doador para levantar dados de identificação pessoal, social e familiar, os quais contribuem para a abordagem familiar, no sentido de facilitar a aproximação junto à família.

A abordagem efetiva para a solicitação dos órgãos só deverá ser realizada após o diagnóstico oficial de morte encefálica, assinada pelos médicos intensivistas e neurologista.

A convocação dos familiares e notificação da morte encefálica ou óbito fica a cargo do hospital responsável pelo paciente e não pela equipe da Central de Transplante.

O início do contato com a família, pelo assistente social da Central de Transplantes, poderá ser precedido de desculpas, por estar abordando a família em uma ocasião de sofrimento. No entanto, este papel é necessário em nome de muitos que aguardam o ato de solidariedade de doação de órgãos para reconstruírem suas vidas.

É imprescindível proporcionar à família que se encontra abalada e sensível, tempo para refletir sobre a morte e viver este momento de perda e dor. E qualquer palavra mal colocada pode afetar o processo de captação.

Na cultura brasileira a morte é vista com resistência, pois ela é agressiva, imprevista, traz angústia e desolação, uma vez que, ela rouba os sonhos e os projetos de vida. No convívio familiar e social, não se discute a morte e quando surge o assunto o conceito apresenta traços de imortalidade, mesmo tendo a consciência da finitude humana.

Neste contexto, o assistente social procura refletir com a família seus conceitos, suas crenças, seu modo de fé, de forma que, a própria família encontre conforto. A partir de um ambiente mais tranqüilo abre-se a oportunidade para a abordagem propriamente dita. Consideramos importante que ao falar a tonalidade de voz seja agradável, não agressiva, manifestando a compreensão deste momento e procurando, realmente, aceitar a conduta dos familiares.

Quando fatores emocionais e culturais interferem na compreensão das informações médicas, o assistente social auxilia

interpretando e esclarecendo dúvidas, respeitando sempre a decisão familiar.

Relataremos alguns casos, utilizando nomes fictícios para nossos personagens e instituições:

Sr. José Almeida, internado em estado grave no Hospital Santa Cruz do Norte, teve sua morte encefálica confirmada. Foi notificada e acionada a Central de Transplantes para abordagem familiar. Durante o contato, a família amparou-se em um fato religioso, relacionado ao milagre da ressurreição de Lázaro, que interferiu de forma negativa e decisiva no processo. Esta abordagem durou cerca de quatro horas, até que todas as alternativas fossem esgotadas, pois, refletimos com os familiares todas as questões éticas e religiosas, procurando sensibilizá-los, para a doação de órgãos, auxiliando-os a ver com clareza a importância deste ato. Os familiares, porém, mantiveram sua opinião e, enquanto profissionais, tomamos a postura de respeitar esta decisão.

No entanto, há casos em que os conceitos religiosos interferem, positivamente, para a doação.

Sra. Cecília Takayama, 32 anos, com morte encefálica, porém com falência de órgãos. Tendo em vista o quadro clínico, puderam ser solicitadas apenas as córneas. Após uma hora de abordagem, mesmo com a interferência negativa e contrária de um cunhado, a família autorizou a doação justificando os valores religiosos, pois segundo os pais e irmãos a doadora sentir-se-ia feliz com este ato, afinal era uma pessoa "de bom coração e muito caridosa" (S/C).

Consideramos que o momento da abordagem exige do técnico extrema sensibilidade e preparo para lidar com as possíveis reações dos familiares que se encontram abalados apresentando comportamentos inesperados de desespero ou apatia.

A abordagem familiar deve ser realizada de preferência no ambiente hospitalar, para intervenção de outros profissionais caso

seja necessária. Deve reunir se possível familiares de linha direta e ou responsável legal para a tomada de decisão e assinatura do termo de autorização ou não autorização para a retirada dos órgãos.

Marcelo Souza, 09 anos de idade, internado por atropelamento. Após a notificação da morte encefálica, o próprio médico, realizou uma pré-abordagem com a família. Assim, quando a assistente social chegou ao local, a mãe e a avó da criança, já estavam preparadas e após esclarecimentos de suas dúvidas acerca da doação, a decisão foi positiva e o termo de autorização foi assinado. Neste caso, porém, a retirada dos órgãos não foi concretizada devido aos resultados dos exames de sangue, do paciente, terem contra indico o transplantes.

Diante desta curta exposição, podemos considerar que a abordagem à família do potencial doador proporciona um espaço de elaboração frente à situação da morte, bem como um momento de reflexão sobre a importância do ato de doar órgãos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando não há em vida a opção de doar órgãos, caberá aos familiares do potencial doador tomar esta decisão. Observamos então, que os resultados do nosso trabalho estão intimamente ligados ao modo de pensar, e à concepção de mundo do indivíduo.

Detectamos em nossa prática alguns aspectos que dificultam a doação de órgãos, por exemplo:

- Publicidade da mídia contrária a doação;
- Mal atendimento no hospital;
- Falta de preparo do profissional para atender a família;
- Preconceitos acerca da morte;
- Informações distorcidas acerca da morte encefálica;
- Medos dos familiares: de ser enganado e traído ou de agredir a memória do falecido. A espera de um milagre, a não aceitação da morte e o sentimento de afronta com a solicitação dos órgãos, igualmente, afetam a decisão sobre doação.

- Crenças acerca do transplante: há grupos que acreditam que não pode se reencarnar se o corpo não estiver em sua integridade; sentimento de injúria sobre a memória do falecido.
- Medo de comercialização com os órgãos do ente.

Por outro lado encontramos aspectos favoráveis, tais como:

- Sentimentos de fazer o bem, solidariedade, amor ao próximo, compreensão com a dor do receptor;
- Aceitação da morte;
- Desprendimento material.

Frente a estas apresentações, percebemos que nos familiares contrários à doação de órgãos, as margens de justificativas para o não consentimento são maiores e defensivas. Observamos que as pessoas se apegam a uma variedade de respostas para que não sejam discriminadas pela sua decisão contrária à doação, garantindo para si mesmas a segurança de sua decisão. Procuramos sempre deixar bem claro que não há a recriminação por esta opção, pois a questão de doar órgãos é uma escolha pessoal e voluntária.

Também observamos que, no período em que a imprensa manteve a comunidade informada sobre os sucessos dos transplantes, cresceu o número de doações, que diminuiu com a ausência de noticiário.

Concluimos, assim, que o aumento das captações não dependem unicamente da atuação do assistente social da Central de Transplante, pois a aceitação da morte e a doação de órgãos são aspectos que sofrem interferência cultural e religiosa, e a mudança de comportamentos a elas relacionadas. Poderão ocorrer, gradativamente.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, M.^a Dolores G. A prática do Assistente Social em doações de Órgãos e tecidos para transplantes. *Revista Serviço Social- H.C.. Faculdade De Medicina de São Paulo*, 1995.

FERREIRA, Ubirajara. Captação de órgãos para transplantes. Campinas- SP, 1997.

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. Perguntas e respostas sobre a morte e morrer, São Paulo, 1979

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. Morte, estágio final e evolução. São Paulo, 1975

PALIARI, S.M^a Aparecida- Abordagem familiar para doação de órgãos da Central Estadual de Transplantes do Paraná. Curitiba, 1997. Mimeograf.

VAZ, M.L.S. Aspectos práticos da captação de órgãos para transplantes. *Revista Associação Médica do Brasil*, 1995.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS NO HURNP

Argéria Maria Serraglio Narciso^{*}
Maria Lúcia Maximiano Medina^{**}
Maria Tereza Mendes Alves Pereira^{***}

INTRODUÇÃO

O Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, além de suas características de hospital geral, constitui-se em Centro de Referência para atendimento a portadores de HIV e doentes de aids.

Desde setembro de 1987, este hospital conta com uma equipe interdisciplinar, das áreas de Enfermagem, Farmácia-Bioquímica, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social, que desenvolve ações diretas junto aos usuários e seus familiares, atendendo-os em regime de internação convencional, ambulatorial e de Hospital-Dia.

As ações profissionais são desenvolvidas por docentes, profissionais técnicos, residentes de doenças transmissíveis e clínica médica e acadêmicos dos cursos de enfermagem, farmácia, psicologia, fisioterapia e serviço social. O projeto é de extensão universitária e tem como objetivos além de prestar atendimento global à população, contribuir para a formação e aprimoramento profissional dos recursos humanos envolvidos, favorecendo experiências interdisciplinares.

O Serviço Social integra a equipe, desde o início do atendimento, atuando com o paciente, família e sua rede de

^{*} Assistente Social do A. H.C./H.U.R.N.P. com Especialização em Metodologia do Ensino Superior

^{**} Assistente Social - H.U.R.N.P.com formação em Socioterapia e pós-graduanda em Adm. Pública

^{***} Assistente Social - H.U.R.N.P. mestranda em Epidemiologia Clínica pela UNIFESP-EPM

relacionamentos numa perspectiva de educação, prevenção e assistência.

Objetivo

Este relato de intervenção visa apresentar a experiência do assistente social em equipe interdisciplinar, junto a portadores e doentes de aids, atendidos no HURNP.

Desenvolvimento

A atuação do serviço social junto a pessoas que vivem com aids atendidas no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURnP) iniciou-se em 1987 com um grupo de profissionais que mediante a epidemia e o aparecimento dos primeiros casos de aids em Londrina, passou a estruturar um serviço para atender pessoas acometidas por esta patologia, sendo um desafio lidar com uma doença nova, transmissível e de caráter incurável.

O Brasil vem apresentado significativas mudanças no quadro epidemiológico da aids. Observa-se um considerável aumento da transmissão heterossexual e conseqüentemente também do número de mulheres infectadas, compondo assim, um novo perfil de pessoas vivendo com HIV/aids: heterossexualização interiorização e juvenização da epidemia.

No Brasil foram registrados 128.821 casos de doentes de aids, sendo que o Estado do Paraná conta com 4.249 casos notificados da doença. Londrina é o 35º município do Brasil em número de casos de Aids, com 554 notificações, segundo dados fornecidos pela vigilância epidemiológica até abril/98, ocupando a nível de Paraná o 2º lugar, perdendo somente para Paranaguá, cidade portuária que apresenta alta incidência de aids por habitante.

O HURNP além de suas características de hospital geral, constitui-se em Centro de Referência para atendimento e internamento de doentes de aids do município e região.

A atuação do Serviço Social com portadores e doentes de aids, ocorre nas diferentes Unidades de Atendimento. No Pronto-Socorro, quando são atendidos, estes pacientes apresentam um alto grau de ansiedade devido ao seu problema de saúde, perdendo sua identidade ao ser afastado do convívio familiar e social. Assim, o Assistente Social tem uma proposta de trabalho voltada ao “acolhimento” enquanto diretriz da prática profissional envolvendo o paciente e família, proporcionando a aproximação médico/família.

Na Unidade de Internação da MI (Moléstias Infecciosas) do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, a atuação é sistemática, onde o assistente social desenvolve ações voltadas para a prevenção, educação com destaque para a assistência. O enfoque do trabalho é o aconselhamento, pois estar internado nesta Unidade, é deparar-se concretamente com a doença e com a possibilidade de morte. No período de internamento o usuário passa a deparar-se com a perda da privacidade, a proximidade da morte, o agravamento da situação financeira e problemas familiares, pois muitas vezes, é neste momento que a família toma ciência da condição de soropositividade do usuário.

As famílias geralmente, tendem a esconder o problema conscientes da discriminação, mas elas também se vêem ameaçadas, principalmente quando a doença se manifesta, afetando todo o contexto familiar de forma significativa. O comportamento restrito a família reflete a reação de grande parte da sociedade.

Cada família reage de maneira distinta frente ao diagnóstico, doença e repercussões sociais. Os conflitos entre as pessoas vivendo com o HIV/aids e seus familiares, estão muito presentes e não surgem com a doença ou diagnóstico, ela apenas intensifica-os ou os desmascaram. O preconceito surge na fala dos familiares, de forma bastante camuflada comprovando que também no contexto familiar é bastante complexo tratar desta questão. Assim, como há o distanciamento, o abandono, a rejeição entre o soropositivo, o doente e a família, ocorre também a superproteção.

Por ser a aids uma doença altamente estigmatizante, associada à sexualidade, valores morais, religiosos, pelo caráter transmissível e à morte. Acarreta ainda, amplas repercussões psico-sociais, econômicas e políticas, não só no plano individual e familiar como também na esfera social.

Diante da complexidade da doença, permeada por estigmas e preconceitos o portador ou doente sofre mudanças diversas, muitas vezes drásticas, no meio em que vive e com quem convive, por isso o impacto que ele sofre desde o momento da constatação do diagnóstico, o leva à deparar-se com medos em relação à morte, às modificações físicas e suas relações afetivas, íntimas e familiares, trazendo conflitos que muitas vezes não são fáceis de serem enfrentados e solucionados.

Devido ao preconceito e discriminação que a sociedade destina aos doentes com aids, observa-se que muitos preferem ter uma morte anônima, viver na clandestinidade a lutar por seus direitos e assumir a doença.

O que difere não é a visão que se tem da doença, mais sim a visão preconceituosa de uma sociedade que ao invés de ver pessoas, visualizam posturas, preferências e costumes, mostrando que devido à transmissibilidade do vírus, a discriminação muitas vezes é anterior a doença. (Sontag, 1989).

Para o Serviço Social o atendimento individual pauta-se na abordagem educativa e reflexiva visando orientar e informar sobre o tratamento, direitos e deveres do soropositivo, questões trabalhistas, providenciárias e jurídicas. Atua também diretamente com as demandas sociais relativas à falta de alimentação, medicação e transporte, sendo extensivo o acompanhamento social a familiares que enfrentam as mesmas dificuldades dos usuário.

...somos profissionais que chegamos o mais próximo possível do cenário da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. O que para muitas profissões é relato, para nós é vivência, o que para muitos profissionais é informação, para nós são fatos, plenos de vida, saturados de história. (Martinelli, 1997).

Diante dessa problemática, cria-se a necessidade de buscar atendimento diferenciado a esses pacientes que ao deparar-se com o fato de não serem mais somente um portador do HIV, mas um doente de aids e principalmente aqueles que tomam conhecimento neste momento, de sua condição de infectado defrontam-se com sentimentos desencadeados por uma doença que ameaça a vida, forçando-os a reorganizá-la diante das limitações no campo profissional, social, familiar, sexual e nas relações afetivas.

Frente a esta situação e, considerando que o atendimento individual muitas vezes não contempla o aprofundamento de questões ligadas a aids, e que a troca de experiências entre as pessoas que vivenciam a mesma realidade possibilita a maior clareza e desmistificação de mitos, optamos também, por trabalhar com grupos de pacientes internados. As reuniões acontecem semanalmente e na própria unidade de internação.

Na unidade de serviço ambulatorial (AHC), comumente os usuários buscam atendimento social além dos dias de consulta médica, considerando que as demandas trazidas pelos mesmos extrapolam os aspectos biológicos, traduzindo-se em questões como necessidades básicas, estigmatização e direitos sociais. Tendo em vista as condições de vida dos usuários, o Serviço Social atua com prestação de serviços concretos, e utiliza-se dos recursos existentes na comunidade como fonte alternativa para enfrentamento das carências sociais vivenciadas pela população, assim como articula-se com ONGs, as quais têm fornecido cestas básicas de alimentos às pessoas carentes atendidas no projeto. Cabe ao Assistente Social dos Serviços a realização do cadastramento e triagem sócio-econômica da população.

Através de nossa experiência, constatamos que a principais demandas sociais que emergem no transcorrer da ação, são as seguintes: a) questões familiares, b) hospitalização, c) direitos sociais (trabalhistas, previdenciários, do paciente...), d) transporte, e) medicação. Faz-se ainda necessário um trabalho voltado a questões como sexualidade, preconceito, discriminação e morte. Damos ênfase à questão do sigilo, pois esses pacientes vivenciam situações de conflito quanto a expor seu diagnóstico de soropositivo a parentes e amigos, fator este respeitado pela equipe.

Há menos de dez anos, no início do trabalho os profissionais se sentiam “despreparados” a respeito do que fazer para minimizar o sofrimento das vítimas do HIV, deparavam-se com a morte de pacientes, sentiam-se impotentes, uma vez que não existiam tratamentos eficazes para combater a epidemia. Hoje as alternativas são tantas que cientistas são unânimes em dizer que a aids está perto de se tornar uma doença crônica. O grande avanço da luta contra o HIV é a terapia anti-retroviral, conhecida como “coquetel”.

Em Londrina, a divulgação dessa nova terapia combinada provocou a mobilização de um grupo de pacientes (portadores e doentes) e profissionais de diferentes entidades ligadas diretamente à aids, para reivindicar a distribuição desses medicamentos junto ao Conselho Municipal de Saúde. Estabelecida uma Comissão Técnica cuja finalidade foi definir critérios para essa distribuição e, desde novembro de 1996, 150 pacientes cadastrados nos serviços públicos(H.U.R.N.P.- Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná; A.H.C. - Ambulatório do Hospital de Clínicas; (C.R.B.P.F. - Centro de Referência Dr. Bruno Piancastelli Filho, atual CIDI Centro Integrado de Doenças Infecciosas), passaram a receber a Terapia anti-retroviral, custeado pelo Conselho Municipal de Saúde. E, em meados de março/97, o Ministério da Saúde iniciou a distribuição destes medicamentos em Londrina, através da Secretaria Estadual de Saúde, alocando a distribuição em dois dos serviços: Centro Integrado em DST/AIDS e Ambulatório

do Hospital de Clínicas (HURNP-UEL). O Brasil é um dos poucos países que distribui gratuitamente os medicamentos, via órgão público.

Porém para o sucesso do tratamento é necessária a adesão total e contínua seguindo algumas regras básicas como: quantidade, horário, alimentação e outros, e isso acarreta dificuldades, principalmente com pacientes que iniciam tratamento na fase assintomática. É necessária mudanças nos hábitos de vida, onde a rotina da grande quantidade de comprimidos, intolerância e efeitos colaterais no início da terapia têm acarretado a dificuldade em não realizar o tratamento corretamente, levando o paciente à desistência do mesmo.

Este fato está causando preocupação das pessoas que estão ligadas a aids, uma vez que o uso incorreto da terapia pode levar a resistência que o organismo pode adquirir ao uso dos medicamentos anti-retrovirais disponíveis, havendo uma disseminação de vírus “super-resistente”.

Preocupados com esse problema o Serviço Social e a Psicologia a partir de maio de 1998, tiveram a iniciativa de começar um trabalho com grupos de pacientes, que acontece nos dias de ambulatório, anterior aos atendimentos individuais, com participação da equipe interdisciplinar (medicina, enfermagem, psicologia e Serviço Social), proporcionando um espaço de “fala, escuta e troca de experiências” de pessoas que vivenciam o mesmo problema, com objetivo inicial de trabalhar questões que interferem à não adesão ao tratamento, estimulando a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs).

O envolvimento da equipe tem sido intenso na busca de levar o paciente a assumir a prevenção e o tratamento, bem como a melhorar sua qualidade de vida. As reuniões interdisciplinares frequentes formais ou informais, têm facilitado uma compreensão global do paciente e contribuído para que a equipe assuma uma conduta única e mais consciente frente ao caso.

A abordagem do Serviço Social aos usuários e familiares se concretiza através do atendimento individual, grupal e visita

domiciliar. Também vem expandindo suas ações através de participação na Comissão Municipal de Prevenção e Controle de DST/AIDS, ações integradas com as Organizações Governamentais e não Governamentais e recursos sociais afins.

Uma outra atividade coordenada pelo Serviço Social e Psicologia é o treinamento de capacitação de Recursos Humanos que prestam atendimento direto e/ou indireto a pacientes portadores de HIV e seus familiares, sendo destinado aos profissionais das diversas áreas. Os cursos possuem carga horária de 20 horas e tem como conteúdo principal aspectos éticos e psico-sociais relacionados a aids (sexualidade, preconceito, morte, sigilo, direitos e solidariedade). A metodologia utilizada são técnicas de dinâmica de grupo e dramatizações, propiciando a participação dos integrantes dando ênfase as necessidades e particularidades nas situações vivenciadas de atendimento ao paciente. Tem também caráter informativo, contando com a participação dos outros profissionais da equipe e de ONGS. Tal iniciativa busca sensibilizar a comunidade interna (profissionais e alunos de diversos setores do HU e AHC), sobre a epidemia.

Conclusão

A aids tem peculiaridades e particularidades que a diferencia do atendimento a outros pacientes igualmente graves. Não tem um caráter apenas curativo pois lidar com esses pacientes nos reporta a questões que envolvem a doença, a morte e a própria perspectiva existencial. Ela tem uma ampla repercussão atingindo além do paciente, todo o seu contexto sócio-familiar deixando de ser um problema só médico como também social, econômico, psicológico, político justificando-se a necessidade de uma equipe interdisciplinar.

Com esta perspectiva nestes onze anos de trabalho, a equipe tem buscado a formação e aprimoramento de profissionais, capacitados a trabalhar com aids não só a nível de conhecimento técnico, mas sobretudo no desenvolvimento de

um atendimento mais humanizado, pois trabalhar com pessoas portadoras do HIV, é deparar-se frequentemente com situações adversas, dada a implicações causada pela doença, ao paciente e sua rede de relacionamentos.

A AIDS é um problema de saúde intimamente ligado ao comportamento individual e coletivo. A tríade essencial da prevenção: informação/educação, serviços sociais e de saúde e ambiente de suporte, necessita ser cuidadosamente adaptada às circunstâncias locais. Na prática, a vulnerabilidade individual é medida pelo acesso a informação/educação, métodos de proteção e a amplas influências sociais que aumentam, sustentam ou reduzem a capacidade individual de adotar comportamento seguro. (Lima et.al 1996, p. 16).

Diante do exposto, acreditamos que a única arma para enfrentar a aids é a prevenção, no sentido de esclarecer à população sobre todos os aspectos relacionados à doença, visando a utilização de medidas preventivas, que ocorre com a mudança de comportamento, sendo este o maior desafio dos profissionais envolvidos nesta luta. No contexto atual em Londrina, como membros atuantes na Comissão Municipal de Aids o que se percebe é que tanto os segmentos da sociedade civil como os órgãos governamentais e não governamentais ali representados, tem somado forças para implementar ações visando tanto o controle da doença como a garantia de uma assistência digna às pessoas portadoras do HIV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALDY, J.L.S. et al. Projeto Interdisciplinar para prevenção e tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. In: JORNADA DE PSICOLOGIA, 2, 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: Ed. UEL, 1996. p. 81-95.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Divisão Nacional de Doenças sexualmente Transmissíveis/AIDS DST: *Boletim Epidemiológico*, v. 3, p. 9-11, 1996.

3. Cadernos pela Vida, São Paulo, Ed.Especial,1998.
4. Cadernos pela Vida, São Paulo,v. 8, p. 25-26, 1998.
5. LIMA, A. L. M. et al. *Perguntas e respostas HIV/AIDS*. São Paulo: Atheneu,1996. p. 16.
6. LONDRINA. Secretaria Municipal de Saúde. Sistemas de Informações de Agravos de Notificação. Centro Integrado de Doenças Infecciosas. *Distribuição dos casos de Aids em Londrina*. Londrina, 1998. Relatório.
7. MARTINELLI, M. L. A Nova Identidade Profissional. *Revista SERVIÇO SOCIAL HOSPITALAR-CASS-FMUSP,S.P*, v.4, n1,p. 21, 1997.
8. SONTAG,S. *Aids e Suas Metáforas*.São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

**LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)
uma reflexão preliminar sobre a descentralização da
assistência e a universalização dos direitos sociais. (*)**

Rosa Yoko Okabayashi*

Introdução

A partir da Constituição de 1988 e com a promulgação da LOAS em 07/12/1993, a assistência adquire uma nova visibilidade, saindo das esferas acadêmicas e ganhando espaço nas esferas federais, estaduais e municipais, bem como, junto aos segmentos da sociedade civil interessados na descentralização e implementação da política de assistência social no país. Apesar disso, a questão da municipalização da assistência e a da universalização dos direitos, ainda constituem pontos que sugerem uma reflexão mais crítica, que traga à luz do debate, novas ambigüidades e limites na implementação da lei. Tendo em vista tal objetivo, foi elaborado este estudo, que possui uma natureza eminentemente documental, ou seja, foi realizado através de pesquisa bibliográfica, tendo como fonte básica a própria lei, com subsídios na literatura corrente (livros, artigos e outros), materiais elaborados após a Nova República, por entendermos serem os mais representativos sobre o assunto. Contatos e entrevista com pessoas que vivenciaram diretamente o processo de elaboração e aprovação da LOAS também fizeram parte do instrumental utilizado.

* Resenha da monografia apresentada pela autora para a obtenção do título de
** **Especialista em Estado e Políticas Sociais**", Universidade Estadual de Londrina, 1994.

*** Assistente Social da Divisão de Serviço Social do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná.

Desenvolvimento

A descentralização da assistência e a participação da população na formulação das políticas sociais são diretrizes privilegiadas na LOAS, assim como a universalização dos direitos sociais e a igualdade no acesso aos serviços, figurando-os como questões basilares. A descentralização é aqui entendida não apenas no sentido de remanejamento de competências decisórias e executivas, mas também de recursos financeiros e, introduzindo em contrapartida, a participação da sociedade civil. Nesse enfoque a LOAS estabelece como diretriz a descentralização política-administrativa, transferindo para os Estados, Municípios e Distrito Federal, o comando das ações de assistência social (cap. II, seção II). Essa diretriz está presente em vários outros momentos da Lei, incluindo a participação da população e entidades não governamentais como participantes do processo decisório ao nível local, estadual e nacional. O canal privilegiado para isso são os Conselhos de Assistência: Nacional, Estadual, Distrito Federal e Municipal, mediante a garantia de sua composição paritária formada entre representantes do Governo e da Sociedade Civil. Por outro lado há riscos da assistência ser prestada de forma clientelista e com fins eleitorais em cada escalão de poder ou ainda, em nome de uma parceria da sociedade civil com o Estado, atribuir-se à primeira, todos os ônus financeiros e sociais, eximindo o Estado de sua real responsabilidade enquanto gestor da política nacional de assistência. Da mesma forma, a universalização dos direitos sociais da população está presente enquanto princípio da LOAS (cap. II, seção I), e em todos os seus desdobramentos, porém ela mascara várias contradições contidas na própria. A lei prevê a garantia dos benefícios de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, pago à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais, que comprovem não ter condições de prover a sua manutenção e nem de tê-la provida pela família. Inclui ainda enquanto benefícios eventuais, o auxílio por natalidade ou morte, pago às famílias com renda mensal per capita inferior a um quarto do salário

mínimo. Prevê também, cobertura prioritária à criança, à família, à gestante, à nutriz, em situações de riscos e nos casos de calamidade pública. Todavia, na mesma definição onde a assistência é “um direito do cidadão”, a lei expressa um caráter altamente seletivo, ao classificar enquanto seus beneficiários, uma população que mais se aproxima da miserabilidade. Ao selecionar a população pobre, na verdade, a exclui. E ao excluir, deixa de assegurar os direitos à assistência social de forma ampla e irrestrita. Não basta ser um idoso ou deficiente, é preciso que se comprove a sua condição de miserabilidade, sendo esta objeto de avaliações iniciais (renda, idade, capacidade para o trabalho) e periódicas (de dois em dois anos). Mesmo quando o próprio Estado não afere os instrumentos necessários para constatar a inclusão ou exclusão do beneficiário, a lei mantém o critério da seletividade, como é o caso de quando o município não dispõe da equipe multiprofissional para avaliar se o portador de deficiência é realmente considerado incapaz para a vida independente e para o trabalho. Nesse caso, o mesmo é encaminhado ao município mais próximo que conte com aquela estrutura. Assim, a legislação expressa mecanismos altamente seletivos, critérios e normas que na prática, inviabilizam o reconhecimento dos direitos de cidadania.

Conclusão

A assistência se configura como uma ação profundamente conjuntural, que em momentos distintos, deixa nítido o caráter da outorga pelo Estado, quando este se antecipa às demandas através de medidas de política social ou assume o caráter da conquista, quando a organização da classe trabalhadora é consistente ao ponto de se tornar capaz de realizar exigências ao Estado. No que tange à LOAS, embora seja bastante restrita quanto aos benefícios e apresente-se enquanto política universalizante quando na realidade, os critérios para a concessão dos mesmos sejam extremamente seletivos, a sua promulgação também representa um avanço significativo em termos de

controle da população sobre a formulação e ações da política de assistência social. A descentralização da assistência significa em tese, a possibilidade de ampliação dos direitos através da participação cotidiana dos cidadãos na gestão pública, a autonomia municipal e uma potencialização quanto ao uso e redistribuição dos recursos. Por outro lado, também significa a própria preservação do capitalismo, pois não fosse assim, haveria o desprestígio da política, o comprometimento do sistema político democrático e, conseqüentemente, um grande risco às relações sociais estabelecidas.

O MUTIRÃO DE LIMPEZA COMO INSTRUMENTO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Alaíde Maria Morita Fernandes da Silva*
Marilys Garani**

Introdução

Com o aprofundamento da crise econômica brasileira nos anos 90, resultante da expansão do projeto neoliberal, acentuam-se e multiplicam-se as formas de exclusão social, que interagindo com o processo de globalização, levam ao crescimento do desemprego, à pauperização e precarização dos que trabalham, e ao desestímulo da organização sindical e popular autônomas.

Paralelamente, o Estado passa por amplas reformas, reduzindo seus investimentos nas áreas sociais, estabelecendo novas formas de relacionamento entre a Sociedade Civil e o Poder Público, limitando a abrangência e os resultados das políticas sociais. Para o profissional que necessita intervir nesta realidade, o crescimento da população marginalizada, torna-se um desafio e o instiga à buscar alternativas que contribuam para a inversão deste quadro.

Segundo Arcoverde (1992)

a prática profissional dos assistentes sociais torna possível a participação da população em ações coletivas somente se sua intervenção (a mediação) se coloca dentro da transformação das relações sociais, permitindo a abertura de um espaço à população no interior das instituições.

* Professora auxiliar da Universidade Estadual de Londrina e assistente social da Prefeitura Municipal de Londrina.

** Assistente social da Prefeitura Municipal de Londrina

É neste contexto que o Projeto de Ação Comunitária da Secretaria de Ação Social do Município de Londrina, desenvolve o Projeto Vida Nova em parceria com outros Órgãos e Secretarias sob a coordenação do Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina).

Esta proposta, atinge 10 bairros e 01 distrito rural do município e está dividida em Sub-Projetos: Mutirão de Limpeza, Hortas Coletivas, Lavouras Comunitárias, Revitalização de Fundo de Vales, Coleta Seletiva de Lixo e Formação de Assistentes Comunitários.

Estes projetos tem a intencionalidade de provocar a participação das famílias moradoras naqueles bairros

... incentivando-as ao exercício da ação coletiva, através da perspectiva de geração de renda, da melhoria das condições higiênico-sanitárias do local de moradia, de incremento dos hábitos alimentares e, em condições de extrema necessidade, da concessão de cestas básicas, tendo-se sempre em vista sua vinculação a freqüência das crianças à escola, à integração, à participação em programa de educação ambiental e também ao compromisso com o trabalho coletivo (Projeto Vida Nova, 1997).

Dentre os bairros alvos de intervenção do assistente social, a experiência relatada neste trabalho será centrada no Jardim Nossa Senhora da Paz, zona oeste da cidade de Londrina.

A região denominada de Jardim Nossa Senhora da Paz, segundo consta a planta da COHAB - LD, é a área que abrange o Conj. Hab. Paranoá I e II, a favela Colosso e o Conj. Hab. Charrua, e faz parte da Gleba Jacutinga J. Shangri-lá, Zona C, próxima da indústria BRATAC. Atualmente, existem no bairro cerca de 400 famílias, com uma média de 5 membros cada, sendo que, destas, 55 famílias moram na favela existente no interior do bairro, a maioria desempregada e/ou fazendo "bicos" para sobreviver. Conhecida como antiga favela da Caixa Econômica, a região passou a ser povoada pelo processo de ocupação na década de 60, sendo posteriormente loteada

pela COHAB, transformando-se em uma favela urbanizada no final da década de 70 quando passou a contar com infraestrutura : água, luz, asfalto e esgoto. Quanto à este ultimo item, esgoto, ainda existem sérios problemas no bairro pois, além de inúmeras ligações clandestinas, moradores de um quarteirão inteiro ainda reivindicam o esgoto por não ter sido concluído na época de construção do restante do bairro. A coleta de lixo é realizada semanalmente, porém não é suficiente para manter o bairro limpo. Além disso, a comunidade reclama da ausência de um local para jogar os entulhos, já que freqüentemente são realizadas pequenas reformas nas casas.

A infra-estrutura do bairro ainda é composta por escolas, igrejas, creche, posto de saúde e centro comunitário. Atuam os Projetos Institucionais: Núcleo de Convivência da Prefeitura Municipal de Londrina, e Projeto Peepin da Universidade Estadual de Londrina. As organizações comunitárias se resumem em Associação de Moradores e Associação de Pais e Mestres da Creche. O Jd. Nossa Senhora da Paz é um dos bairros que integram o Conselho Local de Saúde daquela microrregião. Inserem-se ainda, naquele espaço, grupos de voluntários que desempenham atividades de caráter filantrópico.

Os principais problemas enfrentados, segundo os moradores é a violência e a ausência de uma liderança que possa representá-los. Recentemente alguns veículos de comunicação locais indicaram o Jd. Nossa Senhora da Paz entre os bairros mais violentos de Londrina.

Este fato deve-se ao alto índice de desemprego crônico, sub emprego, uso de álcool, tráfico e uso de drogas. O convívio constante com batidas policiaes geram no cotidiano dos moradores um clima tenso, de medo e desconfiança.

O nível de participação da comunidade nas atividades que buscam alternativas para os problemas enfrentados pelos moradores é insatisfatório, considerando que a predominância de grupos envolvidos no tráfico de drogas que disputam o

comando do bairro, acaba por impedir e inibir a atuação de lideranças positivas. A Associação de Moradores, eleita há poucos meses, não tem experiência e está insegura quanto a sua continuidade pois, seus membros, apesar da boa intenção de alguns, sequer tem noção do papel a ser desempenhado e da responsabilidade que assumiram. Em contrapartida, a Assoc. de Pais da Creche é bem organizada e assume tarefas com seriedade, extrapolando, muitas vezes, aquelas específicas da creche. O bairro, embora seja integrante do Conselho Local de Saúde, não tem representante devido a ausência de lideranças dispostas a participar e encaminhar as prioridades daquela comunidade.

Este ambiente opressor, somado a atual conjuntura nacional que oferece poucas expectativas sócio-econômicas, inibe a participação e a mobilização das pessoas na luta por seus direitos como nos mostra Oliveira et al. (1993) em pesquisa sobre Favelas e Organizações Comunitárias, “é muito mais difícil a solidariedade e a esperança coletiva quando os horizontes individuais se encolhem”.

Diante desta realidade, a escolha do Mutirão como estratégia de intervenção profissional se deu devido ao crescimento da violência, constatada, não só pelas próprias condições de moradia e de vida daquelas pessoas, mas principalmente pelo seus reflexos nas organizações comunitárias diante da violência e do poder de grupos relacionados ao tráfico de drogas

Objetivo

O Projeto Mutirão de Limpeza foi realizado com o objetivo de sensibilizar os moradores quanto a importância da organização e da mobilização comunitária, para o encaminhamento das questões coletivas e, ao mesmo tempo, combater a imagem negativa que os moradores tem do bairro e de si mesmos, buscando assim, contribuir para melhorar a sua auto estima.

O Mutirão teve também como objetivo, capacitar lideranças para desenvolver, após o término da limpeza, um trabalho contínuo de educação ambiental, visando, além, da prevenção de doenças e melhoria das condições de vida daquela comunidade, suscitar sentimentos de responsabilidade, solidariedade, iniciativa e respeito mútuo.

Metodologia

O processo de organização do mutirão teve como fundamentação a observação empírica do profissional, e os pressupostos teóricos apresentados por alguns autores que revelam a importância do envolvimento comunitário na busca de soluções para as questões coletivas. Esta observação, que se deu através da inserção profissional no cotidiano daquelas pessoas, durante vários meses, e a aceitação dele por parte daquela comunidade, pode ser considerada, segundo Minayo et al (1993),

uma forma de observação participante, pois enquanto técnica possibilitou “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

O mutirão deu-se, inicialmente, a partir da sensibilização e levantamento de expectativas feito pelo assistente social junto às lideranças e às organizações comunitárias, sugerindo a participação dos mesmos nesta atividade. Esta sensibilização justifica-se pois, como diz Bordenave (1983) “as vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos”.

Num primeiro momento, foram realizados inúmeros contatos e reuniões com técnicos e chefias de secretarias e outros órgãos, para discutir a possibilidade de realizar o evento, definir competências e estabelecer um cronograma de trabalho. Esta articulação intersetorial se deu entre os parceiros Secretaria de Ação Social, Provopar, Autarquia do Meio

Ambiente e Fundação Nacional de Saúde, o que acabou facilitando o envolvimento de outras secretarias, indispensáveis para a operacionalização, como por exemplo, a Secretaria de Obras.

As entidades locais como, a escola, a creche, a Unidade Básica de Saúde do Jardim do Sol e os Projetos institucionais da Prefeitura e Universidade, Núcleo de Convivência e o Projeto Especial de Ensino: Assistência Primária à saúde: Práticas Multiprofissionais e Interdisciplinares - Peepin, respectivamente, também foram envolvidos e apoiaram todo o processo.

Estas atividades incluíram, também, várias visitas ao bairro com os técnicos responsáveis de cada setor, para o reconhecimento dos problemas existentes e o levantamento dos equipamentos e máquinas a serem utilizados.

Paralelamente, foi realizada a divulgação e procura de voluntários para formar uma “comissão de limpeza,” que se deu em conjunto com representantes da comunidade através de consultas, visitas domiciliares e reuniões, buscando selecionar famílias sem renda alguma e/ou pessoas que tivessem perfil para auxiliar a coordenação dos trabalhos.

Considerando a experiência dos técnicos da Fundação Nacional de Saúde, que realizam rotineiramente trabalhos de combate à endemias junto à população, ficou definido que o mutirão seria executado em 05 etapas sob a supervisão desta equipe. Estas etapas se deram da seguinte forma, com relação aos participantes: 1) Reunião com os 40 moradores que compunham a comissão de limpeza. Neste momento, privilegiou-se a divulgação por parte da FUNASA dos dados referentes ao próprio bairro, como o número de casas, informações sobre as situações irregulares com relação aos riscos da dengue e outros agravos, e a importância da participação de todos neste processo. 2) Filmagem das áreas a serem trabalhadas e palestra com toda a comunidade local explicitando as atividades dos dias seguintes. 3) Visitas casa/casa, realizadas por servidores da FUNASA, juntamente com membros da comissão de limpeza, para orientação e recomendações quanto ao recolhimento do lixo e entulhos

durante o mutirão. 4) Arrastão de limpeza em todos os quintais, calçadas e ruas do bairro. 5) Plantio de mudas de árvores por parte de comissão de limpeza, fornecidas e sob a orientação da AMA.

Apresentação e discussão dos resultados

A realização do Mutirão de Limpeza, Sub Projeto Vida Nova, como estratégia de intervenção profissional no Jardim Nossa Senhora da Paz foi possível como já relatamos, devido a integração entre as diversas instituições (Secretaria de Ação Social, Provopar, Fundação Nacional de Saúde, Autarquia do Meio Ambiente e Secretaria de Obras) e, principalmente, a comunidade local, o que potencializou a intervenção, mostrando que, a somatória de esforços resulta em benefícios imediatos para todos. As condições objetivas do bairro propiciavam a necessidade de limpeza e esta atividade aglutinou, rapidamente um grupo expressivo de moradores que foram previamente motivados pelo assistente social. Estas pessoas buscavam também, o atendimento às suas necessidades emergenciais como o recebimento da cesta básica.

A validade dos trabalhos cujo objetivo é o estímulo à participação e organização da comunidade em função de interesses comuns ou necessidades, como lembra Giacomini et al (1987) “não se esgota na sua realização pois, ao conseguir a solução desejada, a comunidade se desagrega...”.

A análise crítica do processo de mutirão como instrumento de sensibilização para a participação comunitária, pode conduzir à diferentes reflexões. Em uma perspectiva predominantemente acadêmica a análise de um trabalho dessa natureza focalizaria seu interesse nos propósitos e objetivos do Estado, e, portanto, na relação entre o projeto de intervenção e os limites estabelecidos por esse Estado. Aqueles, como as autoras, que pretendem incorporar o saber acadêmico à prática profissional, visando atingir os resultados permitidos por essa prática, importa ultrapassar nos seus espaços de atuação os limites eventualmente impostos por

esse Estado. É necessário, portanto, que o assistente social construa sua prática dentro do micro espaço em que está inserido. O Projeto de Ação Comunitária, que prioriza a inserção de profissionais do Serviço Social em favelas e bairros carentes, constitui-se um espaço de atuação que não está delimitado. A estratégia de intervenção à partir de um Mutirão de Limpeza foi resultado de uma reflexão baseada na conjuntura e contextos locais. Dessa forma, o mutirão não foi utilizado como, segundo se referem alguns autores, instrumento de controle social ou utilização deste instrumento como forma de baratear os custos. Foi utilizado como um processo desencadeador de reflexão sobre a realidade social e econômica à qual a população alvo está submetida.

O processo de mutirão teve como resultado aspectos negativos e positivos. Entre os primeiros, pode ser destacado a participação das pessoas no evento movidas apenas pelo interesse em receber a cesta básica oferecida aos membros da “comissão de limpeza” em troca do trabalho, e a divulgação realizada pelos meios de comunicação, que interpretaram o acontecimento de modo superficial. Estas questões merecem reflexões mas não se constituem um objetivo deste trabalho. Por outro lado, alguns aspectos positivos podem ser constatados: criação de uma comissão permanente, de caráter educativo, para dar continuidade ao processo desencadeado à partir do mutirão de limpeza; envolvimento da Associação de Pais e Mestres da Creche e da Associação de Moradores, contribuindo para o seu fortalecimento e a perspectiva da implantação da coleta seletiva do lixo.

No entendimento das autoras, a participação dos moradores neste mutirão, desencadeou o início de uma discussão em torno da questão do meio ambiente, saúde e qualidade de vida, enquanto direito de cidadania, transformando a organização do evento, sua realização e seus resultados num processo educativo. Reforçando esta impressão, Bordenave afirma que

... a luta pela participação social envolve ela mesma processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARCOVERDE, Ana Cristina B.. Uma alternativa à exclusão Social? Unidades Produtivas Comunitárias em Recife (1979/1985). *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : n. 39, 1992.
2. BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação?* São Paulo : Braziliense, 1983. *Coleção Primeiros Passos*.
3. GIACOMINI, Maria Rita et al. *Trabalho social em favela - o método da conditório*. São Paulo : Cortez, 1987.
4. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis : Vozes, 1994.
5. OLIVEIRA, Anazir Maria de et al. *Favelas e as Organizações Comunitárias*. Petrópolis : Vozes, 1993.
6. PROJETO VIDA NOVA. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria de ação Social. Programa de Ação Comunitária, Provopar - LD. Londrina, 1997. Mimeo.

A OUSADIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO DAS ONG'S

Wager Roberto do Amaral *

Introdução

O processo de crescimento e amadurecimento do Serviço Social como profissão no Brasil vem acompanhado do processo de desenvolvimento e configuração das Organizações Não-Governamentais (ONG's) a partir de uma constante construção conjunta e coletiva para garantia de espaços, identidades, direitos e políticas sociais. Cada qual, contudo, buscando trilhar seu próprio caminho, definir sua própria natureza e configurar sua própria identidade num mesmo contexto histórico e, muitas vezes, nos mesmos espaços geográficos.

Neste caminho, nos cabe portanto, relatar esta história, apresentar este contexto e evidenciar conceitos no sentido de caracterizar esta experiência marcada por aproximações constantes e sistemáticas entre a profissão de Serviço Social e a ação envolvente da Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEAT), ONG no estado do Paraná. Aproximação que vem ocorrendo processualmente, num relacionamento constituído por **“flertes”** (aguçando a observação junto à realidade e problemáticas, carências e demandas apresentadas pelos públicos-alvo envolvidos pela APEAT), por **“namoros”** (trocando intenções, desejos, conhecimentos específicos, e dialogando sobre as possibilidades e limites de uma ação conjunta entre os técnicos, a direção da ONG e a população atendida), e por **“casamentos”** (estabelecendo compromissos, contratos, metas, numa relação de cumplicidade

* Assistente Social, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina e atual membro – diretor da APEAT, gestão 1997-1998. Na APEAT também coordena o PERI Projeto de Educação Reviver Indígena.

entre a ação técnica e política, entre a teoria e a prática, entre as demandas mediatas e imediatas, entre as experiências empreendidas pelos grupos já existentes e os novos conhecimentos a serem apreendidos e construídos,); uma relação onde se observa um alargamento do espaço profissional e institucional, envoltos pela criatividade, originalidade, organicidade e a pela constante busca de qualidade nas propostas e ações empreendidas. As possibilidades de se visualizar e de se alcançar tal empreita, aproximando e articulando o acúmulo de informações entre as áreas de Educação e Serviço Social, de fato, aguça a curiosidade e instiga ao questionamento do(a) leitor(a) que porventura, possa levantar, permanentemente, impressões e questionamentos, contribuindo e refletindo assim, na sua e na experiência por nós relatada.

Ser organização não-governamental

Segundo a Associação Brasileira de ONG (ABDNG), a denominação *Organização Não-Governamental* não é representada um termo jurídico mas, social e historicamente construído. Apresenta-se como uma ou “*um conjunto de entidades com características peculiares e reconhecidas pelos seus próprios agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública*”. Geralmente enquadram-se como entidades sem fins lucrativos, tais como, associações e ou fundações, reconhecidas ou não, formal ou informalmente, por órgãos governamentais nas instâncias municipais, estaduais e federal.

No Brasil, as ONG's originaram-se de um processo marcado por um prolongado período de ditadura militar e de um recente período de abertura democrática o qual gestou uma nova sociedade civil organizada, conduzindo lutas e multiplicando princípios como participação, descentralização e universalização de direitos sociais.

Suas motivações apresentam-se através das possibilidades de autonomia, flexibilidade organizativa, e acessibilidade da maioria da população às políticas sociais públicas. Apresentam-

se com uma nova face configurada através dos novos movimentos sociais: da negritude, das mulheres, dos sem-terra, dos ambientalistas, dos homossexuais, dos indígenas, das populações das periferias das cidades, dos meninos e meninas de rua, dos portadores de DST/AIDS, contra a fome e a miséria, dentre outros. As ONG's desdobram-se de intenções e ações de projetos já empreendidos: pelas igrejas, comunidades, órgãos governamentais e de outras organizações não-governamentais.

Na Constituinte de 1988, foram alavanca fundamental na conquista dos direitos sociais, vislumbrando para maioria da população, a possibilidade de se encararem como cidadãos; concomitantemente, conquistaram seu reconhecimento social e político através do alargamento do conceito e representação de entidade e de ONG pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Ou seja, a aproximação entre o Serviço Social e as ONG's - resultado de um processo dinâmico de conflitos, contradições e consensos – se efetiva através de um instrumento legal fundamental para a categoria dos assistentes sociais – a LOAS.

Ser APEART

A APEART é uma ONG originada através da Comissão Pastoral da Terra – CPT que, em 1992, evidencia a situação de exclusão social vivenciada pelos trabalhadores assalariados rurais temporários (“bóias-frias”) do norte do estado do Paraná. Dentre as características observadas, destacava-se a grande desinformação dos direitos sociais e trabalhistas por estes trabalhadores, bem como um grande índice de analfabetismo.

Provocada por esta situação, a CPT/Pr implementa no ano de 1993, o Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (PEART), através de uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação/Pr, organizando e acompanhando no período, 116 turmas de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores espalhados em 56 municípios do estado.

Em 1995, surge a Associação PEART, como entidade oficial gerenciadora do PEART (único projeto no período), contando

então, com o apoio político da CPT. De 1995 à 1998, a APEART veio ampliando dinamicamente seu atendimento e abrangência, contando atualmente com 07 projetos (PEART-1993, PEPO-1995, PEJU-1995, PERI-1997, PEJAVIR-1997, PEABA-1998 e PEMMR-1998)¹, envolvendo aproximadamente 9.000 pessoas entre: educandos, lideranças comunitárias, monitores, supervisores pedagógicos, coordenadores de projeto, pessoal técnico-administrativo, docentes e discentes universitários, associados e corpo diretor.

Neste processo, vem ampliando sua ação educativa, política e pedagógica (associando dinamicamente estas dimensões), respeitando e contemplando a diversidade sócio-cultural presente nos diversos sujeitos envolvidos nos projetos, possibilitando a construção e o acesso adequado de informações e conhecimentos os quais oportunizem o senso crítico através da alfabetização e escolarização dos educandos, bem como a formação continuada dos educadores.

Neste contexto, ser APEART representa ampliar o acesso da população jovem e adulta marginalizada (no campo e na cidade) ao direito básico e fundamental de ler e pensar o mundo – parafraseando Paulo Freire – utilizando e (re)configurando a ferramenta elementar que é a Educação (processos e recursos de aprendizagem: leitura, oralidade, escrita, habilidades, etc) como instrumento de fomento à organização e emancipação dos vários segmentos envolvidos (“bóias-frias”, indígenas, posseiros, sem-terra, atingidos por barragens, meninos(as) de rua e jovens de periferia), visando sua expressão e organização próprias na conquista e garantia de seus direitos.

Ser Serviço Social - Educação na APEART

As aproximações entre o Serviço Social e a APEART ocorreram desde 1993, através da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso objetivando a análise dos objetivos e

¹ Vide tabela 01, em anexo.

resultados do PEART, bem como na identificação dos avanços e limites já observados no referido projeto. A pesquisa possibilitou a caracterização da APEART, evidenciando seu histórico e oportunizando a avaliação de suas ações, objetivos e resultados, indicando a necessidade de se afirmar uma cultura organizacional que privilegiasse a avaliação de forma processual. Subsidiou, posteriormente, sua ampliação e sua dinâmica reestruturação desta Associação, a qual se apresentará como uma organização com características empresariais (quadro de funcionários na ativa, estrutura burocrática e administrativa mínima, patrimônio próprio adquirido, organograma, metas e missão definidos, dentre outros.), mesclada com uma dimensão popular que a diferencia das demais organizações, potencializando o senso crítico e a participação dos educandos (e lideranças comunitárias através dos Grupos de Base e Apoio de Alfabetização (GBAS) organizados nas comunidades onde funcionam as turmas), dos educadores (equipes de monitores, supervisores pedagógicos, coordenadores, quadro técnico-administrativo, assessoria pedagógica) e o envolvimento das demais parcerias (CPT, AFATRUP, UEL, UNICENTRO, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, FUNCART, Conselhos Indígenas, Movimento dos Possesiros do Paraná, Sindicatos, Igrejas, etc) na garantia dos princípios e diretrizes político-pedagógicas definidos pelos Projetos, subsidiando a sua gestão em conjunto com a Diretoria Executiva.

Em 1997, a APEART contempla em seu quadro técnico 01 assistente social que responderá a demandas específicas da Organização através da delimitação de funções, conjuntamente com a Direção. Importante destacar que o objeto essencial da Associação PEART corresponde à Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular. Coube ao profissional a apreensão dos conhecimentos específicos da área da Educação e da Educação de Jovens e Adultos, bem como das discussões atuais nos âmbitos estadual, nacional e internacional sobre o tema. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e

Estadual, os documentos nacionais e internacionais para a EJA, dentre outros, passam a se constituir novos instrumentos de trabalho cotidiano, possibilitando a constante aproximação entre o Serviço Social e a área da Educação.

Definiu-se como função prioritária para a ação profissional do Assistente Social, a coordenação do Projeto Educação Reviver Indígena (PERI) – projeto de educação de jovens e adultos indígenas kaingang, guarani e xockleng, iniciado em 1997 e presente em 12 Áreas Indígenas do estado do Paraná. O PERI se apresenta como a primeira ação planejada e executada na modalidade de EJA, no território nacional, à ser realizada nas escolas das aldeias indígenas, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena², apreciado e reconhecido pelo Núcleo de Educação Indígena do Paraná (SEED/NEI-Pr), pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e pela Coordenação Nacional de Apoio às Escolas Indígenas/MEC.

No desafio e responsabilidade de contribuir para a viabilização do PERI, optou-se pelo exercício de coordenação buscando refletir, tomar decisões e operacionalizar o Projeto de forma colegiada junto às lideranças e professores indígenas, e demais organizações governamentais e não-governamentais, oportunizando assim, o contato, a construção, a dinâmica definição e redefinição de conceitos, metodologias, conhecimentos, linguagens, aguçando a sensibilidade e reforçando o compromisso da APEART para com a causa indígena.

Propiciando a alfabetização e ensino supletivo de 1º grau aos jovens e adultos indígenas, o PERI objetiva fomentar e fortalecer a organização social e política das comunidades indígenas, afirmando e respeitando sua identidade étnica e cultural. Fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação, nas Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC, nas diversas experiências

² As Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena correspondem aos conceitos de educação diferenciada, específica, bilíngüe e intercultural.

de educação escolar indígena no país³, e na bibliografia existente sobre a temática.

Através do planejamento colegiado, definimos e utilizamos procedimentos metodológicos contemplando momentos, atividades e indicadores de resultados os quais oportunizaram e vem oportunizando a operacionalização do Projeto. (quadro anexo)

Conclusão

Evidenciando o processo de implantação e operacionalização do PERI, bem como do desenvolvimento e acompanhamento dos demais projetos da APEART, vislumbramos algumas conclusões as quais entendemos fundamentais e relevantes. Dentre elas destacamos:

- a possibilidade de atender a necessidade e expectativa expressa pela população indígena do estado do Paraná, no que diz respeito ao acesso à continuidade da escolarização fundamental aos jovens e adultos nas aldeias indígenas, essencial na busca de alternativas de preservação e sobrevivência das comunidades indígenas, principalmente no que se refere à reflexão e definição de políticas educacionais, culturais, lingüísticas e econômicas pelas próprias comunidades;

- a ousadia e o pioneirismo em oferecer o ensino diferenciado e bilíngüe, na modalidade apresentada, nas próprias comunidades, atendendo aos preceitos da CF88 e da LDB, articulando e capacitando os quadros presentes nas aldeias, apostando e investindo no seu potencial criativo, combativo e comprometido com os princípios democraticamente e coletivamente definidos;

- a importância da experiência desenvolvida e relatada para apresentação, debate e proposição junto ao Estado, nas suas várias instâncias de governo, influenciando na definição das políticas

³ Comissão Pró-Índio do Acre, Projeto Tucum/SEDUC - Mato Grosso, Instituto Sócio Ambiental/ Pq Indígena do Xingú – Mato Grosso, dentre outros.

sociais públicas – matéria-prima das ações dos Assistentes Sociais – comprometendo o poder público na oferta da educação pública, gratuita e de qualidade (multicultural e comunitária), respeitando os processos próprios de ensino-aprendizagem dos vários grupos sociais e culturais.

- a importância da presença e do papel das ONG's no cenário nacional e internacional, como espaço e instrumento de defesa dos direitos da população econômica e socialmente excluída, propondo e desenvolvendo ações que atendem, desafiem e comprometam o poder público no seu compromisso de prover políticas sociais públicas com qualidade e efetividade garantidas através do controle e da participação da população usuária.

- a necessidade, possibilidade e importância dos Assistentes Sociais apreenderem novos conhecimentos e habilidades, ocupando novos espaços profissionais (em organizações governamentais e não-governamentais), desenvolvendo ações intersetoriais, compondo equipes interdisciplinares, ampliando seu universo cultural, técnico, político e conceitual, propondo e projetando experiências criativas, inovadoras, originais e de impacto social;

Vislumbramos portanto, a constante aproximação das ONG's como espaços potenciais para a ação do Assistente Social e de demais profissionais, desafiando-os a construir, dinâmica e efetivamente um novo perfil técnico, teórico e político capaz de responder às reais demandas sociais num contexto de permanente mudança.

